

# As Razões do Negacionismo: Guerra Civil e Imaginário Político Moderno

[The Reasons of Negationism: Civil War and the Modern Political Imagination]

Pedro Rocha de Oliveira\*

**Resumo:** O texto procura empreender uma análise do negacionismo. Por um lado, sugerimos tratar-se de um fenômeno ideológico caracterizável em termos de uma crítica da modernidade empreendida por formuladores que não participam intelectualmente dos pressupostos modernos. Por outro lado, construímos a imagem de um negacionismo objetivo, o qual consistiria no desenrolar histórico dos limites intrínsecos do processo de socialização moderno. Para caracterizar esses limites, sugerimos uma apreensão da história da modernidade focada no caráter de classe de instituições costumeiramente convocadas por sua apologética – a sociedade civil, a ciência, o Estado. Caracterizamos como progressista o pensamento ocupado dessa apologética que, no entanto, procura ou criticar intelectualmente, ou relevar, aquele caráter de classe, o qual se torna, não obstante, historicamente evidente para as pessoas comuns, consistentemente por ele vitimadas. Nesse sentido, o processo social moderno é caracterizado como guerra civil, da qual, bem compreendido, o pensamento moderno deve ser tomado como a enunciação.

**Palavras-chave:** Negacionismo. Progressismo. Modernidade. Guerra Civil.

**Abstract:** The text delivers a twofold analysis of negationism. On the one hand, it is taken as an ideological phenomenon characterized by a critique of modernity construed from the outside of its customary assumptions. On the other hand, an objective sort of negationism is found in the historical unfolding of the intrinsic limitations of modern socialization. These are brought forward by attention to the class content of the class character of the institutions regularly evoked by the apologetics of modernity – civil society, science, the State. Progressivism, we suggest, the main target of negationism, is the tradition occupied with that apologetics, either promoting an intellectual critique of, or simply overlooking, the afore-mentioned class character, which, however, becomes historically undeniable to the common people, consistently victimized by it throughout modern history. In this sense, the modern social process is characterized as civil war.

**Keywords:** Negationism. Progressivism. Modernity. Civil War.

---

\*Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ. E-mail: [oliveira.rocha.pedro@gmail.com](mailto:oliveira.rocha.pedro@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8199-8671>.

*Nossos ídolos ainda são os mesmos*

Belchior

## O discurso filosófico da modernidade

A coisa está muito feia – pelo menos para “nós”. Múltiplas crises nos acoçam: mudanças climáticas, tensões econômicas permanentes, desigualdade social brutal, encarceramento em massa, esfacelamento das instituições democráticas e do Estado laico etc. Enquanto isso, do outro lado, tem gente dizendo que não se passa nada, ou festejando: defende-se abertamente a ditadura, a administração neoliberal e a tutela estatal dos costumes sexuais e reprodutivos, propagandeia-se a violência policial e faz-se uma chacota contínua da ciência que recomenda medidas antipandêmicas ou decifra sinais da catástrofe ecológica. A polarização entre os dois campos tornou-se um fenômeno indelével do discurso político brasileiro. Por tradição e mania, o primeiro campo – o nosso, que se pensa progressista – vem falando do segundo em termos do retorno de um passado sombrio.

Em 2015, por exemplo, num artigo sobre o execrável movimento parlamentar de redução da maioria penal, o filósofo e colunista Vladimir Safatle denunciava o “projeto de remeter o Brasil à Idade Média” [SAFATLE, 2015]. Em 2016, Jean Wyllys, na época

deputado federal pelo PSOL-RJ, condenando o engajamento do então prefeito carioca Marcelo Crivella contra religiões de matriz africana, criticava “o radicalismo medieval que seu partido defende até hoje” (CATRACA LIVRE, 2016). Essas detrações do presente com comparações pré-modernas extrapolam as fronteiras nacionais: os progressistas gringos também as empregam, e é assim que, em 2018, em um periódico estadunidense “liberal”, uma advogada denunciava que os ataques à imigração da administração de Donald Trump “nos arrastam de volta para a Idade das Trevas” (DEMOCRACY NOW, 2018). No mesmo ano, a mídia corporativa britânica denunciava a inacessibilidade à cannabis medicinal como sinal de que “as leis de drogas da Grã Bretanha estão na idade das trevas” (JENKINS, 2018). Por fim, nossa classe política – muito atendida, na melhor tradição do Deputado Cubas – também adotou a retórica iluminista: em março de 2021, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, do DEM, fez uso público da Razão para referir-se à negligência calculada do governo federal diante da pandemia como atitude “negacionista”, “brincadeira de mau gosto macabra e medieval” (TRUFFI, LIMA, 2021).

Entre nós, está claro que o mote desse

jargão odiador do passado não é realmente nada novo. Remonta ao imaginário do subdesenvolvimento, à ideia de um Brasil que ficou para trás dentro de um processo civilizatório geral: os debates sobre o dualismo brasileiro, o caráter feudal de nossa colonialidade etc. A mania de Idade Média dos polemistas de hoje tem a ver com a consciência do atraso de nossos antepassados (cf. CANDIDO, 1973): desde os abolicionistas esperançosos em educar as classes proprietárias retrógradas e dos comunistas procurando entender em que estágio nos encontrávamos no caminho ao socialismo, até os seus alunos, e os alunos de seus alunos, que somos nós. Se, depois de tudo, os tempos tenebrosos se avizinham sempre que o horror social se manifesta, é porque seguimos andando na direção contrária à da história que, nessa versão dos fatos, sempre tem – ou deveria ter – algo de um “carro alegre” (BUARQUE, MILANÉS, 1978). É que não se trata de *qualquer* história: o Estado de direito que aqui capenga e a justiça social que nos falta, a laicidade dos representantes e a tecnicidade das instituições, são supostamente características da sociedade moderna; o que amargamos é um déficit de modernidade.

### **O inventor de toda a escuridão**

É notável que a releitura do discurso do subdesenvolvimento hoje corrente

tenha fixado nossa referência anacrônica no medievo. Não fomos nós, obviamente, que concebemos originalmente a ideia de um passado sombrio – e tampouco foram os famosos iluministas franceses do século XVIII. A “Idade das Trevas” foi inventada pelo toscano Petrarca (1304-1374), poeta, latinista, epistoleiro, jurista a contragosto, autor de literatura de autoajuda, expoente originário da renascença italiana. Esse primeiro movimento de odiadores do passado emitia um chamado a transformar o seu mundo mediante uma concepção utilitária de conhecimento. Argumentavam pela refundação das instituições de ensino, para que fosse sepultada a preocupação escolástica com o formalismo linguístico disputatório e as sutilezas metafísicas. Os estudos tinham de servir para o melhoramento moral dos homens e, à medida que a modernidade se aprofundou, aquilo que hoje chamamos de ciência entrou, também, no menu. Tendo arregimentado a cultura dos antigos romanos para sua tarefa reformadora, os humanistas conceberam que o período histórico tenebroso contra os quais erguiam-se dizia respeito ao eclipse que o gênio clássico havia sofrido durante uma época “média” entre a antiguidade e a sua.

Notavelmente, os originadores do movimento renascentista, além de bons cristãos, eram também membros de uma classe urbana do Norte italiano que vinham aguçando suas faculdades de leitura imanente nos compêndios ju-

rídicos latinos (cf. SKINNER, 2002). Vale a pena entender o contexto desse exercício intelectual. Devido a sucessões e multiplicações dinásticas que datavam do período Carolíngio, as cidades do Norte italiano encontravam-se imersas em uma luta política secular que envolvia as elites cidadinas, a monarquia alemã, os bispos que a representavam localmente, e o Papa que os odiava. Um dos *fronts* dessa luta consistia em debates em torno das prerrogativas e dos limites de cada uma dessas autoridades, conforme estabelecido nos tempos cristãos do Império Romano – do qual o Germânico alegava ser sucedâneo – e fixado no Código de Justiniano, uma coletânea datada do século VI. Ora, a compreensão do “*codex*” dependia da exegese da lei romana antiga; nos interstícios dessa exegese apareciam dificuldades interpretativas; dessas dificuldades podiam surgir oportunidades políticas, as quais apenas latinistas exímios seriam capazes de encontrar, contestar ou defender, dependendo do caso em questão e dos interesses em jogo. É do setor social desses “Glosadores” que surgirá a gente afeita à cultura romana: metidos nas bibliotecas obscuras, ressuscitarão os manuais jurídicos e os manuscritos raros, e cuidarão de reestabelecer os textos dos filósofos. No fim das contas, através da sua inteligência, o equipamento do direito romano foi ressuscitado, e os códigos públicos e privados sofrerão uma reconfiguração até hoje vigente, fun-

damentando esse baluarte da modernidade política, a chamada Ordem Legal. Não é qualquer coisa!

A equipagem dessa classe humanista politizada era completada, ademais, com o conhecimento da história – dos romanos, é claro. Era preciso estudar a grandeza exemplar dos homens envolvidos na construção daquela organização civil estável e funcional. Quanto aos tolos e os covardes que não ficaram à sua altura, eles também precisavam ser conhecidos, para que seu fracasso não se repetisse. Por meio da análise de eventos momentosos ocorridos outrora – cercos, batalhas, intrigas – e do caráter daqueles neles envolvidos, era possível estabelecer a melhor maneira de proceder no presente. Desenvolvia-se, assim, uma preocupação com a causalidade entre os fatos e os caracteres, debatida nos manuais principescos e nos estudos biográficos.

### Um país dividido

A invenção das trevas e o avanço civilizacional rumo ao passado clássico, pulando por cima do medievo, tinha a ver, portanto, com um interesse político bem específico. Tanto na medida que mantinham os narizes metidos nos compêndios jurídicos – coisa que o pai de Petrarca queria que o garoto houvesse feito –, quanto na medida em que se dedicavam à poesia entusiasmadora e produtora de virtude clássico-cristã –

como Petrarca acabou fazendo –, o que os humanistas miravam era o problema do governo: a capacidade de alcançar o poder, exercê-lo bem, e manter-se nele. Tratava-se, por um lado, de um projeto de classe das elites citadinas neoletradas; por outro, entretanto, essa classe também brigava consigo mesma: estavam em jogo as ambições individuais de famílias aristocráticas e proprietárias que, dentro de cada uma das cidades autônomas, disputavam umas com as outras. Na ausência de uma modernidade plena, essa disputa tinha apenas um tênue enquadramento institucional: era realizada nas cortes, nos conselhos, mas também debaixo de porrete e na ponta do punhal. As estirpes esmeravam-se na construção – e na decoração, com excelente gosto – de fortalezas urbanas, onde séquitos formados por capangas, primos distantes, capachos, filhos bastardos, rufiões e soldados profissionais defendiam os Albizzi dos Medici, os Medici dos Alberti, os Alberti dos Albizzi etc. Em torno desses séquitos, mediante redes de influência e favorecimento, formavam-se subcomunidades dentro das cidades, cimentadas pela lealdade que vem da dependência. Disputas políticas nos conselhos citadinos – questões de prestação de contas, competições para uso dos fundos cívicos, preferências na distribuição de cargos, prerrogativas comerciais ou acesso à terra – eram frequentemente resolvidos no braço, em confrontos abertos nas ruas, envolvendo centenas de pes-

soas, e prolongando-se por dias a fio. Com as cidades internamente divididas, soluções desfavoráveis numa corte civil sempre podiam ser reapresentadas à atenção de outros juízes apadrinhados, cujas jurisdições também era resolvidas politicamente – ou seja, por meio da negociação, das influências, e da força bruta. Finalmente, para obter ganho privado, as famílias não hesitavam em aliar-se com *players* de outras cidades e de outras classes, inclusive o papado, o próprio Imperador, outras monarquias europeias etc., o que trazia a guerra civil para o plano interurbano e internacional.

Se olharmos sem preconceito, tratava-se de uma época muito animada, politicamente falando. A frouxidão institucional tornava a política quotidiana realmente decisiva desde um ponto de vista histórico; e a própria história não se contava em épocas, mas em curtos períodos de ascendência e decadência desse ou daquele sujeito, sempre com seus capachos e dependentes na boleia. Ademais, a participação das pessoas comuns nas negociações à base de bofete era essencial, e essa participação só era alcançada mediante favorecimento, o que significava haver entre as elites e as massas um jogo de interesses que tinha que ser diariamente resolvido. Quer dizer: a violência política constante e difusa – coisa que, por princípio, dá arrepios na classe letrada de ontem e de hoje, tendo, há pouco tempo, trazido uma luminar

franco-ultramarina para discursar para a polícia fluminense – era, portanto, um traço indelével e onipresente da sociedade medieval. Sinal de seu caráter primitivo, alguém dirá: mas antes, diremos nós, do equilíbrio de forças entre os setores sociais e agentes econômicos que, na ausência de uma instância qualquer capaz de submeter todas as demais – um exército nacional, uma força policial –, podiam levar às últimas consequências a defesa de seus interesses (cf. OLIVEIRA, 2018, pp. 176ss). De fato, quando a geração de Petrarca falava das trevas, referia-se também a esse ambiente de desequilíbrio e reequilíbrio político sistêmico. Foi montado todo um vocabulário a respeito dos perigos representados pela discórdia, violência, hostilidade, ganância, interesses mundanos etc. Contra tudo aquilo – ou seja, contra a política propriamente dita – e em nome da tranquilidade, deveriam erguer-se as ideias cívicas e o bem público: era a famosa “questão das facções”, um termo-chave que, durante todo o Renascimento, funcionou como o xibolete dos homens racionais e de bem.

Para contrastar com o sistema faccioso de guerra civil permanente que transbordava a vida das elites e envolvia todos os setores da sociedade, o discurso renascentista italiano dispunha da admirável imagem da República de Veneza – *La Serenissima*. Ali, desde o século XII, em virtude de um bem orquestrado pacto oligárquico, vigia o ra-

zoavelmente estável governo do Grande Conselho, com seu Senado aristocrático, seus subconselhos e a presidência do Doge. Era, enfim, uma forma de política devidamente organizada – porque distribuída de comum acordo pelos magnatas entre si mesmos. Nenhuma pena respeitável podia deixar de ocupar-se por alguns instantes da questão de tentar desvendar a natureza da “constituição” veneziana – leia-se, não seu conjunto de leis, mas a genial configuração institucional que a permitiu ser a exceção da política de facções do Norte italiano.

### Governo técnico

Encurtaremos a história dizendo que, pelo 1400, a tranquilidade veneziana difundiu-se pelo Norte italiano. Depois de séculos de luta entre facções, algumas perderam, outras ganharam, e a redução de seu número, e a concentração de riqueza e influência na mão das restantes, tornou possível tratados de paz civil pela submissão do poder sobre a cidade a elementos externos: os chamados *signori*. Eram administradores pagos, eleitos para mandatos curtos, que vinham às cidades, seguidos de sua pequena corte de juristas, soldados, contadores, cavaleiros, artistas e escrivães, para manter a ordem, redigir códigos citadinos, e organizar a defesa contra as outras cidades, num clima de acirramento permanente dos conflitos

interurbanos.

Os *signori* não tinham lealdade cidadã a ninguém: eram tiranos de aluguel. Sua neutralidade assalariada tornou possível que se desenhassem os espaços institucionais de administração “pública”: os cargos citadinos de tesoureiro, construtor, capitão da guarda etc., não seriam ocupados mais por afilhados de ninguém especificamente, mas por critérios definidos sob os olhos vigilantes do *signore* – que, por suposto, tinha seus próprios afilhados, os quais estavam desvinculados das aristocracias citadinas. É aí por essa altura, então, que começa, entre os cidadãos, uma discussão a respeito da importância de se desocupar dos assuntos públicos para concentrar-se em ganhar dinheiro.

Vale sublinhar que, à medida que a guerra civil resolvia-se por meio do pacto em torno dos governadores profissionais, as cidades podiam fazer guerra mais serenamente umas com as outras. O período dos *signori* viu, portanto, uma organização dos interesses da cidade como um todo em torno dos interesses de uma elite concertada, e uma intensificação dos conflitos entre as cidades. Em outros termos: na medida que defendiam os cidadãos de si mesmos, o serviço que os *signori* prestavam era – sob certo aspecto – uma terceirização da guerra civil, e uma expulsão dos interesses belicosos para fora da cidade, para cima de oligarquias portadoras de outros endereços.

Ora, as rédeas do assalariamento são mais ou menos curtas, mas não são inquebráveis. Assim, não era estranho que surgissem eventuais desequilíbrios de forças entre os *signori* e as forças políticas que os haviam contratado. Segundo o resultado dos eventuais conflitos dessa ordem, os grandes homens viriam a ser conhecidos como tiranos ou como cônsules. A extrapolação dos mandados, a sedimentação de governos autocráticos, e a emergência do regente citadino principesco, que Maquiavel tornou famoso, foram os desenvolvimentos posteriores. Assim mesmo, do mundo dos *signori* e dos príncipes, não se podia dizer que as facções brigavam quotidianamente nas ruas: para tanto, teriam que ver-se com os exércitos privados dos *signori*, legitimados por uma maioria oligárquica. Com o estabelecimento de um pacto entre as elites, sedimentava-se uma cidadania oligárquica: criava-se uma esfera política restrita na qual a importância das pessoas comuns desaparecia, e não havia lugar sistêmico para a expressão de sua vontade, a pressão sobre a aristocracia, as lutas por acesso à terra, salários, preço do trigo etc. Por pagamento ou por *putsch*, cumpria-se a ambição renascentista de um ambiente político em que a violência civil difusa da idade das trevas havia sido eliminada, substituída por uma violência civil concentrada – aquela do governo dos cidadãos contra as pessoas comuns – e uma violência não-civil difusa: aquela das cidades,

umas contra as outras.

A má consciência desse processo coube ao próprio Niccolò Machiavelli (1469-1527). Por um lado, deixava estabelecida, em seu trabalho mais célebre (*O Príncipe*, escrito em 1513), a conexão entre a estabilidade política da cidade e a autopreservação do príncipe cujo destino identificava-se com o dela. Por outro lado, no seu *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio* (1517), declarava sua preferência pessoal pelas repúblicas, e lembrava que, no fim das contas, a verdadeira liberdade dos romanos derivava da luta constante e da rivalidade aberta entre os diferentes setores sociais e atores políticos – ou seja, da política tenebrosa das facções.

Assim, no fim das contas, a questão reduz-se a um raciocínio plenamente moderno: os governos autocráticos eram simplesmente mais eficazes. Chama atenção a oportunidade que o fenômeno dos *signori* deu para que as classes letradas desempenhassem funções de governança, o que não apenas lhes favorecia o bolso, como também era um óbvio sinal da sensatez de seus patrões. O próprio senhor de aluguel, com sua formação cívica, seu currículo de administrações anteriores, sua especialização burocrática e militar, era o protótipo de um quadro técnico, bem-educado, intelectualmente vanguardista, ávido consumidor da literatura dos primeiros humanistas.

## A terra totalmente esclarecida

Nesse ponto, o imaginário dos nossos odiadores das trevas em grande medida separa-se daquele dos renascentistas originais, já que a ideia do tirano não lhes encanta. Por outro lado, totalmente alheia à sua consistência intelectual, é notável que a história moderna haja teimado em produzir combinações e recombinações entre estabilidade política, competência virtuosa, modernização institucional e tecnológica, e autocracia. No caso brasileiro, há quem diga que todos os episódios mais significativos de formação socioeconômica moderna estão marcados por violência civilizadora: pra não falar de Cabral, temos Deodoro, Caxias, Vargas, e a referência recente incontornável, a ditadura de 1964-85. A intensidade do investimento público, a formalização do trabalho, a ampliação do consumo, a expansão do parque industrial, a conformação do sistema financeiro a padrões internacionais, combinado à substituição da representatividade política e civil por conselhos técnicos povoados de membros da elite empresarial e bancária, marcam o caráter, ao mesmo tempo, modernizante e autoritário desse regime.

Para que não se diga que não tivemos nossa renascença, existem outros paralelos a serem traçados. Na medida que falava de uma luta contra o comunismo, o vocabulário do regime evocava, em certa medida, uma preocu-



pação análoga ao problema humanista das facções. A justificativa oficial de uma pura e simples defesa da democracia tem algo do raciocínio daqueles primeiros pensadores da modernidade: a questão não é tanto que existia uma guerra entre dois lados, os comunistas e o regime; a questão é que os comunistas traziam a experiência social de uma ruptura facciosa, de uma sociedade cindida. Os milicos, nossos preservadores da ordem, quando combatem a ameaça comunista não são inimigos dos comunistas, apenas, mas inimigos da própria cisão social. A democracia em cuja defesa oficialmente saíram é sereníssima: é tão somente o *business as usual*. Ora, a estabilidade política como valor em si, que é, evidentemente, a questão central do *Príncipe* de Maquiavel, está presente em todas as principais penas da alvorada da modernidade inglesa: de Francis Bacon aos *Commonwealthmen*, e depois Hobbes. De olho nessas figuras, vemos como a expressão “modernização conservadora” é, a rigor, um pleonismo.

Com o advento de uma ditadura modernizante, a história mostra sua fidelidade aos primeiros renascentistas, e uma indiferença frente aos *nossos* odiadores das trevas. Trata-se de um importante episódio de superação do subdesenvolvimento que não trouxe justiça social. Como fica o ódio ao passado e o progressismo como princípio

intelectual diante dos vinte anos de desenvolvimento sob o coturno? Seria preciso inserir uma nuance na auto-compreensão do Brasil dentro do progresso civilizatório – se isso, entretanto, já não tivesse sido feito. Estudos produzidos entre nós, já a partir da década de 1960<sup>1</sup>, cuidaram não apenas de sublinhar o caráter autoritário da nossa modernização, mas de explicitar que tal caráter não a torna menos moderna: muito pelo contrário. Atendendo especificamente para a relação entre o desenvolvimento econômico e a urbanização durante o regime militar, Francisco de Oliveira (1972) e Ermínia Maricato (1979), por exemplo, demonstraram que a industrialização do período, e tudo que dela decorre, dependeu da favelização. Afinal, dependeu de baixos salários que condenaram o trabalhador assalariado e com carteira assinada à autoconstrução, abortando o surgimento de um mercado imobiliário formal moderno de massas. Os baixos salários, a precariedade da forma de vida periférica, tornam nossa força de trabalho internacionalmente “competitiva”, e são, assim, pressuposto para que o capital tenha interesse em vir nos modernizar. Ao mesmo tempo, a favelização condena a mão de obra brasileira moderna a espaços extraoficiais, desconhecidos pelas autoridades estatais, onde, portanto, as políticas públicas civilizatórias não chegam. Quer dizer: a

<sup>1</sup>Um interessante mapa da história dessa sensibilidade brasileira aos limites do dualismo é fornecido por ARANTES, 1992.

injustiça social e a modernização nacional são elementos complementares.

Na verdade, não falta, mundialmente falando, quem tenha identificado esse cunho intrinsecamente violento e socialmente cindido do progresso civilizatório moderno: desde leituras a respeito das formações nacionais europeias (cf. Mayer, 2010), até reflexões a respeito do sentido histórico mais abrangente da tal civilização ocidental (cf. ADORNO, HORKHEIMER, 1985). E, entre nós, a consagrada interpretação schwarzi-ana da obra de Machado de Assis fala da arbitrariedade e da truculência que marcam o ingresso do capitalismo na periferia, o que remete a uma consciência da elasticidade econômica e cultural da modernização, e sua intimidade para com seu suposto contrário (cf. SCHWARZ, 1999).

### A guerra de alguns contra alguns

Ou seja: não é por falta de aviso. A gente letrada e progressista segue na sua mania de modernidade a despeito tanto desse arcabouço crítico endógeno, quanto do que diziam os próprios modernos originais. O resultado ora bastante bem-acabado do projeto desses últimos se antevia de forma translúcida nas suas declarações de intenções de séculos atrás: o pensamento e a prática que condenaram como trevosa a luta política e a participação das massas, de um lado, e erigiram em modelo de civi-

lização a combinação de governo forte e ordem legal, de outro. Nesse sentido, o testemunho dos renascentistas ingleses – tão admirados pelos iluministas franceses, que, diante deles, se consideravam infelizes habitantes de um país atrasado – é especialmente eloquente.

Tomemos como exemplo Thomas Smith (1513-1577), o sujeito que pela primeira vez escreveu “*civil society*” em inglês. Esse advogado, parlamentar e conselheiro de Elizabeth I cuidou de traduzir o termo para poder falar da comunidade dos empreendedores-guerreiros que auxiliariam na então chamada “*pacificação*” da Irlanda (SMITH, 1873). Tratava-se de ocupar o território, povoando-o de fazendeiros armados e submetendo os nativos a um regime de segregação que, proibindo-os a posse de terra, também fixava seus salários em valores baixíssimos. Os fazendeiros ingleses, zelosos de manter suas terras a qualquer custo, cuidariam de fazer, em nome de seu próprio interesse, a guerra colonial que a Coroa não tinha condições financeiras de realizar – e isso algumas décadas depois de Henrique VIII, pai de Elizabeth I, ter indagado o governador-geral a respeito da possibilidade logística de exterminar completamente a população irlandesa. Smith, que chegou a ser reitor de Eton, era também profundo conhecedor dos clássicos – jurista que jamais titubearia antes de pronunciar “*cônjuge*”, ou o nome de artistas estrangeiras; inclusive, havia sido diplomata na França –

e interessava-se pela questão da cidadania porque entendia, como os gregos e os romanos, tratar-se do exercício de privilégios. Materialista, é festejado pela historiografia marxista do pensamento econômico como o gênio que primeiro entendeu a economia como um mecanismo automático (cf. WOOD, 1994). Tratava a ambição, ou o interesse de classe, como cimento do pacto civil entre os proprietários, aquilo que os tornava uma força política. A “república” com que ele sonhava era um sistema oligárquico em que a Coroa, constrangida pela riqueza e pela *expertise* dos empreendedores, governava para eles, e as pessoas comuns só entravam no jogo para trabalhar ou consumir (cf. SMITH, 1982).

A imagem italiana de um pacto social de elite reaparece em Smith, de fato, combinada à demofobia: como no estudo maquiavélico sobre Tito Lívio, mas com sinal trocado, o autor refere-se ao fenômeno romano da guerra civil como atividade do “populacho e da canalha” (cf. SMITH, 1982, p.51), em contraste com o governo legítimo pelo “povo”, que, na realidade, compreendia o patriciado em sentido amplo. Esse setor sociopolítico não é propriamente aristocrático, mas oligárquico: equivale, na Inglaterra renascentista, àquela parte da classe proprietária que participaria da Câmara dos Comuns, onde, evidentemente, nenhuma pessoa realmente comum jamais colocou o pé. Em Smith, a sociedade civil, no fim das con-

tas, é compreendida como uma elite armada, sustentada por privilégios irremediavelmente compartilhados, ao mesmo tempo que seus interesses são impostos sobre o resto da sociedade. Ou seja: paz entre os proprietários; ao resto, porrada. A guerra civil facciosa é condenada, mas a guerra civil contra os despossuídos é normalizada. Era esse, afinal, o papel dos *signori* renascentistas, também.

Para entender o que está em jogo aí, é interessante como Smith se preocupa em fazer uma cuidadosa distinção entre a questão da legitimidade do governo e a questão do seu caráter violento. O governo legítimo é aquele que defende os interesses da república; tanto faz se chegou ao poder na base da força. Está aí outro luminar da modernidade que não teria nada contra Geisel. Ademais, se a república está definida em termos de interesses, então ela exclui de si todos aqueles que trabalham para outrem e que, por isso, a rigor, não são capazes de possuírem interesses próprios. Fica subentendido que, justamente porque os não-proprietários estão fora do pacto republicano, é necessário que haja uma reserva de violência agregada à legitimidade do governo. O governo só pode ser legítimo para quem tem interesses comuns; para quem não compartilha desses interesses, o que caracteriza a vida social não é a legitimidade, mas a força. É para *isso* que o conceito de sociedade *civil* precisa ser criado: trata-se de um qualificador restritivo. A guerra

civil, nesse contexto, não é uma guerra *entre* os cidadãos, mas uma guerra contra os despossuídos que os cidadãos desencadeiam *enquanto tais* – a guerra que define o caráter civil do pacto civil.

É interessante perceber a onipresença dessa imagem de sociabilidade intrinsecamente aguerrida no imaginário renascentista. Também a encontramos na *magnus opus* de Thomas More (1478-1535), mártir católico, xerife de Londres, conselheiro de Henrique VIII e inventor da palavra “utopia”, que tanto pano para manga dá até hoje para as benignos autocompreendedores da modernidade. Esse homem de família famosamente afável – que deixou de legar à posteridade, entretanto, o nome de sua esposa (cf. MORE, 2003, p. xiv) – foi também conhecido pelo bom gosto arquitetônico de sua mansão bucólica na periferia de Londres, cujo jardim frontal decorou com a mão certa do modernizador, colocando, ali, um adorável pelourinho (cf. WOOD, 1994, p. 92). Mirando na República platônica, concebeu um país maravilhoso em que a economia funcionava, nenhum funcionário era corrupto, e os inteligentes eram eugenicamente selecionados para serem dispensados do trabalho, estudar e governar os demais. Como tudo funcionava perfeitamente, não faltava comida, e todos eram educados para reverenciar a elite intelectual governante, a estabilidade política reinava nesse não-lugar. Quem destoava era evidentemente irracional, e punido, en-

tão, com a escravidão. De fato, o sistema penal de *Utopia* tinha um caráter especial: de todos os crimes previstos em leis, os mais graves consistiam no desrespeito às decisões judiciais, de tal modo que, na prática, o mais alto valor dessa sociedade era a vontade do magistrado, membro da oligarquia governante. Devido à sua índole pacífica, os utopianos empregavam vizinhos subcivilizados para morrer nas guerras em seu lugar, prestando assim um duplo serviço à humanidade: o castigo dos ímpios inimigos dos estados racionais e a eliminação dos povos inferiores, mercenários afeitos à guerra (cf. MORE, 2003, p. 89).

Fundamentalmente, contudo, a organização política desse país das maravilhas devia-se à mão forte e ao coturno civilizador do General Utopos, um sujeito que havia chegado numa península habitada por bárbaros tecnologicamente inferiores – os quais, contudo, a confiar em Pierre Clastres, provavelmente também não passavam fome (cf. CLASTRES, 2004). Vencidos numa guerra colonial e obrigados a trabalhar, foram esses aborígenes que ergueram – com base nas ideias geniais do general – a civilização utopiana. É esse, afinal, o preço daquilo que Karl Kautsky, leitor de Moos, chamou elogiosamente de “socialismo utópico” (cf. KAUTSKY, 1979)? O próprio Marx, outro conhecedor do *Utopia*, quiçá tampouco desviava os olhos desse caráter colonial: havia considerado, afinal, a ocupação britâ-

nica da Índia como um preço a se pagar para extinguir o fanatismo religioso, as corporações de ofício e o sistema de castas (cf. MARX, 1853)...

É assim que as ideias de uma civilização moderna e de um desenvolvimento moderno dependem dos incivilizados e da incivilização, tanto desde o ponto de vista do que realmente aconteceu, quanto desde o ponto de vista conceitual. Esses inimigos podem ser tanto externos – como no caso dos aborígenes pré-utópicos –, quanto internos. O populacho, as pessoas que usavam a terra para viver – para comer, beber, festejar, contar histórias, celebrar cultos etc. – foram, no período da ascensão do capitalismo, insistentemente caracterizadas pelos produtores de ideias como animalescas, monstruosas, boçais (cf. LINEBAUGH, REDIKER, 2000), caracteres destilados na figura do Calibã (cf. FEDERICI, 2017), inventada pelo incomparável gênio renascentista de William Shakespeare. Por serem subumanos, podiam ser desalojados, torturados e destruídos. E quando as classes proprietárias da Inglaterra, já tendo desencadeado ali o processo de acumulação primitiva de capital, resolveram voltar os olhos para a ilha vizinha, caracterizaram os irlandeses como bichos e como bárbaros que, ocupados com a mera subsistência – a mesma que, no final da década de 1980, às vésperas do lançamento da Campanha Contra Fome, foi desprezada pelos Titãs (cf. ANTUNES et al., 1987) –, eram incapazes de dar

serventia econômica à terra fértil sobre a qual viviam. Por não serem gente, podiam ser varridos do mapa.

### **Classe trabalhadora**

Contudo, como se sabe, houve algum momento na história da modernidade em que a população adquiriu um sentido diferente, que se reflete no desenvolvimento da assistência social pública, dos serviços estatais de preservação e manutenção da vida: educação, saúde, previdência etc. De fato, é nesses traços da sociedade moderna que a imaginação dos odiadores das trevas geralmente se apoia para falar bem do processo de modernização. Pelo que já dissemos, queda evidente que a distância entre o Estado de Bem-Estar e o extermínio colonial, a demofobia e a institucionalização da guerra declarada de classes não é realmente equivalente à distância entre modernidade e pré-modernidade, mas sim entre a modernidade e ela mesma. Mas será que se tratam de duas modernidades, uma menos moderna do que a outra?

Na verdade, não é difícil encontrar o ponto de inflexão entre o populacho matável da acumulação primitiva e a massa portadora de direitos das Décadas de Ouro do capitalismo. Uma das aparições desse elo perdido deu-se aqui entre nós – não surpreendentemente, durante nosso processo de colonização, tendo ficado registrado no Regimento

das Missões de 1686. Ali, Pedro II, Rei de Portugal, dito “o Pacífico”, é provido de anunciar uma distinção entre os índios selvagens – que “não vivem com modo e forma de República” e que podem ser submetidos ao extermínio militar – e os índios civis, cuja vida deve ser preservada (REGIMENTO, 1724. p. 59]. Os primeiros são caracterizados como canibais, teimosamente resistentes aos missionários, desprovidos de lei e de senhores. Diante dessa gente, rei cristão nenhum está obrigado a nada. Os segundos são marcados por uma série de diferenças, mas a mais fundamental de todas é a de poderem ser trazidos para perto dos assentamentos coloniais e postos para trabalhar. Sua participação no processo econômico colonial, percebida como fundamental, garante-lhes a proteção da Coroa portuguesa, inclusive sob a forma de “ouvidores dos índios” encarregados de verificar se os “descidos” estão sendo bem tratados e bem pagos, se suas mulheres estão sendo respeitadas etc. Os índios se tornam súditos do rei, e cidadãos do reino, na medida que trabalham, e são economicamente úteis.

Outro atropelamento indiferente pelo carro alegre da história e os contentes odiadores das trevas de que está cheio: o raciocínio colonial de Pedro II, o Pacífico, é completamente moderno, e ao mesmo tempo brutal. Encontramos um pensamento semelhante na obra de Bartolomeu de las Casas (1484-1566), o frade dominicano que alçou-se a “Pro-

tetor Universal de Todos os Índios”. A preocupação demográfica que atravessa seus relatos famosos contra o extermínio ameríndio tem como pano de fundo a proposta – lançada no *Memorial de Remédios para as Índias*, de 1516 – da reorganização de uma população indígena preservada em aldeias geometricamente dispostas em torno dos assentamentos espanhóis. A ideia, às vezes considerada humanitária, de que os ameríndios têm alma, servia para dizer que, então, podiam ser convertidos e, portanto, disciplinados e, portanto, postos para trabalhar de bom grado, sem as excessivas violências da escravidão.

Uma versão particularmente explícita desse raciocínio, ademais colocada numa perspectiva transoceânica, vem da pena de Richard Hakluyt (1553-1616), noveleiro das navegações, propagandista do esforço colonial inglês, parlamentar, embaixador, empreendedor, acionista da Companhia da Virgínia. Hakluyt considerou com atenção o fenômeno dos vagabundos da alvorada da modernidade – os sem-terra produzidos pelo capitalismo agrário-mercantil inglês, reduzidos à mendicância e ao banditismo. Na Inglaterra, acabavam torturados, mutilados, presos e mortos. Mas era preciso – clamava Hakluyt – encarar esses corpos desde uma ótica moderna: era preciso exportá-los como escravos para o Novo Mundo, onde suas vidas não seriam supérfluas e seu trabalho era necessá-

rio para a árdua tarefa de converter as paisagens selvagens em terras economicamente produtivas (cf., p. ex., HAKLUYT, 1877. p. 37). A destruição do corpo precisava ser substituída por uma preservação moderna da vida. Assim – para voltarmos à modernidade plena – não é à toa que a escola e o hospital públicos formam sistema com a penitenciária, que é, originalmente, um armazém de gente cuja lotação varia com os altos e baixos da economia e a correspondente demanda de força de trabalho (cf. RUSCHE, KIRCHHEIMER, 2004).

É verdade, contudo, que, em tempos recentes, a prisão mudou de caráter: virou um lugar aonde se vai para ser eliminado, e não preservado. Por um lado, em recantos do mundo como o Brasil, os índices de mortalidade nas prisões é incrivelmente superior àquele fora dela (cf. ENSP/FIOCRUZ, 2020]. Por outro, no centro propriamente desenvolvido do mundo, o sistema prisional cuida de concretamente eliminar populações inteiras do mercado de trabalho e da democracia representativa. Nos EUA, a legislação bizarra e os bancos de dados unificados permitem aos empregadores discriminar ex-condenados na hora da contratação. Com base nos mesmos cadastros, leis eleitorais restritivas garantem que, em estados como a Califórnia, ou em cidades como Baltimore, entre 40% e 50% dos negros sejam impedidos de votar (cf. WACQUANT, 2013. pp. 240, 118, 312).

Tal alteração do caráter da prisão

compõe com uma tendência geral do sistema punitivo na sociedade moderna, que assume sinais claramente destrutivos, e corresponde a uma transformação do papel que as pessoas comuns desempenham diante do pacto de classe das elites proprietárias. Isso corresponde a uma inversão da tendência que havia sido desencadeada com o humanístico apelo hakluyteano pela preservação dos corpos, ecoado pela matemática populacional da colonização portuguesa; por outro lado, não tem nada a ver com um retorno à Idade Média, quando o poder dos senhores se media em almas e o destino dos indivíduos era tão indissociável daquele de sua comunidade que a quantidade de filhos era um sinal de prosperidade. A relativização da vida à sua significação econômica, a subsunção da existência dos humanos – e de tudo mais que há na terra – pela função do trabalho e da acumulação de riqueza, é inegavelmente um advento da modernidade. A guerra civil permanente que disso se depreende foi antevista e projetada pelos primeiros ideólogos modernos. Se, ao longo da história moderna, houve momentos em que massas um pouco maiores gozaram de trégua, foi apenas devido à própria seletividade econômica.

## Máquina do tempo

Naquela que é uma das cinco passagens mais não-lidas da história das aulas de História da Filosofia, Immanuel Kant, em seu unanimemente celebrado texto sobre a civilização das luzes, saúda o esclarecimento de Frederico II, o Grande, o qual podia deixar a modernização correr solta inacabadamente porque dispunha de “um numeroso e bem disciplinado exército para garantir a tranquilidade pública” (KANT, 2012, p. 71). Smith e More fizeram, afinal, uma longa escola – e, quando convém, nossos próprios renascentistas também ficam do lado da ordem cívica. Por exemplo: em plena onda de protestos de 2013, quando a violência estatal seria brutalmente trazida à tona, a filósofa Marilena Chaui achou por bem empreender uma jornada civilizatória ao Rio de Janeiro a fim de contribuir com a racionalização da Polícia Militar mediante uma palestra a respeito do caráter fascista dos black blocs (cf. FOLHA, 2013). Incoerência? Coerência? As coincidências espaciais envolvendo nossos odiadores das trevas e nosso aparato punitivo, mais do que um sinal de deslizamentos pessoais, revela algo do caráter da própria modernidade e do progressismo.

É assim que uma figura como Marcelo Freixo (ex-PSOL-RJ, atual PSB-RJ), quando era importante quadro da es-

querda brasileira, e tão sensível às questões dos direitos humanos e da segurança pública, chegou, em certo momento, a unir-se ao coro dos saudadores das Unidades de Polícia Pacificadoras. Durante a ocupação do morro do Alemão e do Complexo da Penha pelas Forças Armadas – também elas, então, designadas como Força de Pacificação –, Freixo justificava o pedido da população por uma UPP com base num motivo técnico: o exército não estava devidamente preparado para atuar junto à população (cf. LEMOS, 2011)<sup>2</sup>. Dois anos depois, num artigo intitulado “UPP e cultura de direitos” (observe-se: não é ironia), Freixo avaliava o projeto como um todo, e lamentava: “A UPP Social, que deveria garantir a prestação de serviços públicos e a presença cidadã do Estado, é uma peça publicitária de ficção. Não existe.” (FREIXO, 2013). Foi um fracasso, afinal? O notável é que a ideia de agentes de segurança pública com missão civilizadora era ecoada pela própria Polícia Militar: num vídeo promocional que comemorava os 200 anos da corporação, era exibido um camburão que subia em alta velocidade as estreitas ruas de uma favela, e do qual saíam, ao final do trajeto, os funcionários do cuidado moderno com a vida: médicos, professores, assistentes sociais (cf. BRITO, 2013).

Para continuar o panorama, nas eleições de 2018, encontramos Freixo, en-

<sup>2</sup>Numa fotografia infeliz que então circulava, Freixo segurava um cartaz que dizia: “UPP URGENTE” (cf. NSC, 2011).



tão candidato a Deputado Federal – vaga que acabou levando – dizendo no rádio: “Contra a corrupção, vote Freixo”. Tratava-se, evidentemente, de eleições determinadas por uma militância judicial que, depois de anos de martelação televisiva, havia colocado o problema do crime no centro da política nacional. O vocabulário da Guerra às Drogas – que falava, há décadas, de bandidagem, vagabundos, cadeia, julgamento sumário, pena de morte – tornava-se intercambiável com o vocabulário do lavajatismo e do combate à corrupção. Não surpreendentemente, no plano estadual, o resultado foi a eleição de Wilson Witzel para governador, um sujeito obscuro cuja principal proposta para a segurança pública era o emprego de *snipers* posicionados em helicópteros para assassinar, com tiros “na cabecinha”, “bandidos” nas favelas cariocas (PENNAFORT, 2018). Nada mais contrário às bandeiras de Marcelo Freixo – que, por outro lado, em 2007, emprestou seu corpo para o filme *Tropa de Elite*, inicialmente recebido como uma peça de crítica, mas finalmente adotado como bandeira pelos nichos da cultura política que acabariam elegendo Jair Bolsonaro o Presidente da República em 2018.

Como é possível essa dubiedade? Para repetir a pergunta, é interessante observar como o progressismo de uma figura como Vladimir Saflate torna-o simpático ao lavajatismo. Nas suas reflexões a respeito dessa recente e im-

portante fase do processo civilizatório brasileiro, Saflate consistentemente indagava-se sobre a utilidade das condenações penais para a correção da submodernidade brasileira, analisando a judicialização da política desde a ótica do desvelamento da razão universal entre nós, não obstante seu caráter politicamente interessado (cf. BARONI, 2016).

No cenário internacional, evidentemente, a batalha pela justiça ocorre em escala bastante maior – mas a envergadura dos apologistas não fica atrás. A ideia de uma guerra justa – punitiva ou preemptiva – foi, na década de 1990, simultaneamente avançada pelo Departamento de Estado norte-americano e filosoficamente estabelecida por figuras como Norberto Bobbio, Jürgen Habermas e Axel Honneth (cf. ARANTES, 2007. pp. 31ss.). Tratava-se de pensar um concerto do Ocidente pela intervenção militar contra a barbárie asiática – religiosamente fanática, politicamente instável, populista etc. – por ocasião da Primeira Guerra do Golfo. Progressistas fazendo apostas erradas? Quem poderia prever que carros tão alegres fossem enveredar por percursos tão sinistros? Na década seguinte, um país inteiro foi mergulhado na destruição bélica permanente para que Saddam Hussein fosse formalmente acusado e enforcado – ao mesmo tempo em que a busca pelas famosas armas de destruição em massa estocadas no Iraque também assumia o caráter de pro-

jeto inacabado. Mas ninguém pode dizer que, com a Guerra ao Terror, não foram dados passos importantes para o desenvolvimento do Estado de Direito: por exemplo, em 2013, o Presidente Obama tornou legal o assassinato de cidadãos americanos pela CIA (cf. REILLY, 2013), que até então o vinha fazendo ilegalmente.

Um capítulo curioso e eloquente desse processo de civilização por meio da guerra havia, entretanto, acontecido em 2001. Ali, na sequência do ataque às Torres Gêmeas, a secretaria de Estado norte-americana declarou que o Paquistão seria “bombardeado até voltar à Idade da Pedra” se não colaborasse com a invasão do Afeganistão (REUTERS, 2006)<sup>3</sup>, da qual, oficialmente, a segurança nacional estadunidense dependia. A sentença é importante porque envolve um deslocamento temporal e uma relação com o passado, e por isso dialoga com o renascentismo e o progressismo, embora de um jeito estranho. É essa a mesma guerra que os progressistas defenderam quando da Primeira Guerra do Golfo? O que será que acontece que acaba transformando o ódio à Idade Média num amor pelo Paleolítico?

É notável a diferença desses projetos internacionais de destruição frente às guerras coloniais dos séculos XIX e XX. Aí, o controle do território estava

ligado à reconfiguração das instituições de Estado e à manutenção de uma população de trabalhadores e consumidores: o que tradicionalmente entendia-se como imperialismo. Já os fenômenos de tempos recentes, especialmente desde a deflagração da Guerra ao Terror, têm sugerido uma terminologia nova: fala-se de capitalismo por espoliação (cf. HARVEY, 2003), desmodernização (cf. GRAHAM, 2016) etc. Mas – numa nova reviravolta cronológica – essas novidades não seriam desconhecidas dos renascentistas. Seu cardápio de modernizações incluía, como vimos, tanto o genocídio quanto a manutenção da vida: paradigmaticamente, Thomas Smith, Francisco Pizarro e Hernán Cortez, de um lado, e os *Commonwealthmen*, Bartolomeu de las Casas e Thomas More, do outro. Longe de representarem etapas dentro de um quadro de desenvolvimento, ou algo que o valha, tratam-se de esquemas do exercício do poder econômico das elites modernas apaziguadas consigo mesmas, mas em guerra com alguém. O que diferencia as duas situações é o papel desempenhado pelas populações dentro desses esquemas. A proposta de genocídio e pilhagem, ou a possibilidade – num quadro pós-genocidário – de incluir os aztecas como súditos do império espanhol, ou reestabelecer a aristocracia inca sobrevivente como supervi-

<sup>3</sup>A eloquência da expressão não pode ser imputada à administração de George W. Bush, mas parece ser uma reedição da proposta feita em 1965 pelo então chefe da Força Aérea Norte-Americana, em sua declaração de intenções para o Vietnã (CF. OXFORD, s.d.).

sora da produção local de mercadorias, dizem respeito tão somente às circunstâncias ondulantes do mercado internacional: a demanda por ouro, prata, tecido etc., o valor da força de trabalho, a quantidade de capital sobrando para investimento ultramarino etc. Aquilo que chamam de civilização – que envolve a manutenção da vida, e decorre imediatamente das ações dos missionários ou, a confiar em Marx, da colonização britânica da Índia – é uma espécie de efeito colateral desses fatores, que os progressistas tomam, por simples mania, como uma espécie de sentido histórico desejável. Assim como não há nenhum documento de civilização que não seja um documento de barbárie, tampouco há algum documento de barbárie que não seja um documento de civilização.

### Noção de país

A sensibilidade à determinação econômica do sentido da civilização moderna foi, evidentemente, muito bem compreendida pelos renascentistas, e também, como vimos brevemente, pelo pensamento crítico antidualista que a denunciou. A reflexão sobre aspectos daquela determinação é que levaram Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro à ideia de que, diante do capital plenamente desenvolvido, a humanidade encontra-se, hoje, na mesma posição que os ameríndios estiveram diante das caravelas que che-

gavam (cf. DANOWSKI, VIVEIROS DE CASTRO, 2014). Entre nós, contudo, desenvolveu-se, em meados dos anos 1990, a percepção de que, talvez, aos tupinambás haja faltado uma dialética, ou a “fome de transcendência” (ARANTES, 1997, p. 38) necessária para perceber sua grande oportunidade. Assim articulou-se autoconsciência de uma idade intermediária que se abriu entre a modernidade inacabada, as trevas do passado, e a pré-história futura: a Era FHC.

O discurso político daqueles tempos, documentado por Paulo Arantes (cf. ARANTES, 1997), intencionou aliar uma penetrante percepção da natureza do capitalismo realmente existente com uma exaltação da racionalidade moderna. O teor de verdade dessa síntese levava os teóricos e os jornalistas a experiências de clareza mística que só quem viveu consegue entender. Assim, um colunista na *Folha de São Paulo* escrevia, em 1996, que “O Deus dos católicos reúne três pessoas num ser único. A natureza pública de Fernando Henrique Cardoso soma apenas duas: o presidente e o sociólogo.” A essa intimidade com a ciência social era reputada a leitura excepcionalmente adequada da realidade contemporânea: “um sistema que (...) não é dos excluídos, mas do capitalismo competitivo e avançado tecnologicamente.” (FREIRE, 1996). No contexto da dita “globalização” tratava-se de tornar a economia brasileira compatível com o ambiente internacional,

fazendo o Brasil participar daquele processo capitalista estrangeiro atrás do qual os progressistas sempre correram. Na prática: dolarizar, financeirizar – o que também significava “enxugar as contas públicas” – privatizar. É também disputando a audiência progressista que FHC afirmava que

se considera de esquerda: a nova esquerda, que percebeu que a mudança do modo de produzir – do capitalismo para o socialismo, por exemplo – não é a solução. A palavra da nova esquerda é universalização – do acesso aos bens e direitos. Se, quando e como for possível.” (FREIRE, 1996).

A ideia de um universal condicionado e limitado é realmente estupenda, e suspende a relevância de toda a tradição dialética de crítica imanente à modernidade. A tucanologia, de um realismo acurado e implacável, convida à racionalização da economia e das instituições que com ela têm que ver. Ao mesmo tempo – e justamente por aquele motivo – vai na direção de uma “paixão pelo possível” (ARANTES, 1997, p. 44), o que subentende – nas palavras do próprio FHC – que setores inteiros da sociedade “vão dançar” (ARANTES, 1997, p. 39), porque, afinal, o apetite demográfico da economia moderna tem limites. O caráter macabro dessa dança é que fez com que a tu-

canologia atraísse panegiristas do naipe do sinistro economista Albert Hirschman, que, já em 1995, descrevia o regime FHC em termos do seu conceito de “desenvolvimento não equilibrado”, o qual os milicos argentinos também haviam empregado para formular sua declaração de intenções na década de 1960 (ARANTES, 1997, pp. 45-6). Tudo isso, entretanto, parece excelente no *Mais!*, porque seus redatores e leitores são dotados de alma, conversos, e capazes de trabalhar, qualificando, portanto, como índios civis, a quem a possibilidade explícita de exclusão do processo moderno não concerne.

Alguém, afinal, por acaso tem “resposta política” para a limitada capacidade moderna de funcionalizar economicamente as populações? Coube à Era FHC, no processo do desvelamento objetivo do espírito do capitalismo entre nós, o papel de escancarar essa falta de resposta, e ao lulopetismo continuar esse escancaramento com determinadas nuances. A visão realista, combinada às soluções técnicas, impedia que se duvidasse de que o que estava acontecendo era uma forma de desenvolvimento: o país se moderniza, cresce, os números mostram etc. Nesse sentido preciso, existe uma continuidade entre esses dois períodos recentes da administração pública brasileira, que cuidaram, cada um a seu modo, da implementação de um progressismo realmente existente, sendo por isso brindados por uma acachapante aprovação

intelectual – no caso lulopetista, apenas até certo ponto, como depois ficou claro.

Essa aprovação intelectual correspondia, na prática política, a concepções pragmáticas de pacto social. FHC havia desenvolvido, já na década de 1970 – e justamente no contexto de uma crítica ao dualismo – a ideia de uma burguesia brasileira afeita a seu caráter periférico e seu lugar subordinado na divisão internacional do trabalho (cf. CARDOSO, 1972). Isso significava que, ao perseguir seu interesse específico, a classe proprietária brasileira jamais produziria um ambiente economicamente vivaz o suficiente para desembocar num processo civilizado como o das nações desenvolvidas – ao que corresponderia, no fim das contas, a estratégia de universalização restrita dos anos 1990. Em torno dessa estratégia, construiu-se a atmosfera de sóbrio culto à tecnocracia – “um monte de gente séria fazendo coisas sérias num governo sério” (ARANTES, 1997, p. 42) – que persistiria por anos a fio, e viria assombrar o governo Dilma às vésperas do *impeachment*.

No que diz respeito ao lulopetismo, as configurações da “paixão pelo possível”, desde o início, levaram a rupturas dentro do campo progressista. A primeira dessas configurações foi a infame reforma da previdência, que, no fim das contas, levou ao racha do PT e à fundação do PSOL em 2004. A ela seguiram-se reformulações das leis trabalhistas,

visando, na lógica do universalismo realmente existente, a expansão da explorabilidade econômica da população em geral. Por trás de tudo isso pairava um discurso de concertação social, cujo sentido pode ser eloquentemente resumido numa declaração de Lula em 2010: “vim mais à FIESP do que fui à CUT” (MALDONADO, 2010). E não foi a despeito disso, mas por causa, que o presidente-metalúrgico percorreu o mundo dando lições sobre a inclusão social, e recebendo um doutorado *honoris causa* atrás do outro.

O notável sobre esse concerto social lulopetista é que, em grande medida, o seu passo a passo havia sido oracularmente previsto por um relatório de proposta de política econômica do Banco Mundial em 2002. Para brasileiros escaldados, são incrivelmente familiares os sumários de recomendações desse relatório, onde se fala sobre a combinação de flexibilização legislativa em geral, expansão do microcrédito, rede de assistência baseada na distribuição de alimentos, importância da mão de obra não-qualificada, investimento em infraestrutura, combinação de redes pública e privada de educação etc. (WORLD BANK, 2002., cf., p. ex., pp. 108, 119, 120). Enxerga-se claramente a preocupação com o crescimento, a pobreza e inclusão na perspectiva do universalismo realmente existente.

Ao mesmo tempo, fala-se de uma globalização que beneficia a sociedade “na média”, mas que produz “vencedores

e perdedores específicos em cada sociedade” (WORLD BANK, 2002., p. 2) – algo previsto também pela tucanologia. Milita-se contra a fiscalização dos mercados pela Organização Mundial do Trabalho, e a aplicação de sanções trabalhistas internacionais: “o mais provável é que tal abordagem se transforme numa nova forma de protecionismo que venha a restringir as oportunidades dos países de baixa renda” (WORLD BANK, 2002., p. 87). Da mesma forma, conclama-se uma limitação das “regulações de saúde e segurança [no trabalho]” que muitas vezes tornam-se “excessivas” (WORLD BANK, 2002., p. 96): o cuidado moderno com a vida, afinal, não tem a própria vida por finalidade, mas a explorabilidade econômica.

Com isso tudo, o relatório realiza uma espécie de defesa, portanto, da mesma exploração da subcivilização que Chico de Oliveira trabalhosamente desvendava, trazia à tona e denunciada. Nos tempos que correm, a realidade dessa subcivilização extrapolou os confins usuais do Sul global. Em harmonia com as intimações do Banco Mundial, a precarização do trabalho alcança os países ditos desenvolvidos. A combinação de exploração e repressão ao trabalho imigrante, numa franja de semiformalidade econômica, permite que se fale hoje de “boias frias da Europa” (JAPIASSU, 2021). E, enquanto o presente texto está sendo escrito, os EUA vivem um clamor contra os auxí-

lios monetários pandêmicos, aos quais imputa-se uma suposta escassez de mão de obra em meio a um quadro de contratos de trabalho de zero horas e salários baixos demais para proporcionar um nível mínimo de subsistência (cf. MITIKANI, 2021; BROWN, 2021; BLOOMENTHAL, 2021), o que leva uma parte da população a simplesmente desistir de trabalhar.

A ideia de uma parcela da população global sistematicamente expelida da economia formal – à margem até das estatísticas de desemprego, visto que não procura trabalho – nos coloca diante de uma dupla “brasilianização do mundo” – para colocar no jogo outro jargão que caiu no radar de Paulo Arantes (cf. ARANTES, 2004). A mais antiga dessas brasilianizações, registrada pela intelectualidade gringa na década de 1990, dizia respeito a um aumento da desigualdade nos países ricos. Interessantemente, a segunda brasilianização se estabelece para remediar a primeira: normaliza-se a exclusão social, sua percepção como estimulador de apetite da acumulação capitalista pela população periférica, usando a matéria ornitorrínica *as-is* contra toda a crítica social. É essa normalização, proposta pelo Banco Mundial em 2002, que será testada pelo lulopetismo em nosso laboratório social.

*No such a thing as society*

Em termos meramente lógicos, é difícil decidir se a ideia de um desenvolvimento econômico baseado na exploração da subcivildade consiste num pacto social, ou na ausência de qualquer coisa do tipo. Quis a história do espírito econômico, contudo, que uma autoconsciência da dessolidarização fosse alcançada por meio de um par de relatórios publicados em 2005 e 2006 por analistas do Citigroup. Contestando o supracitado documento do Banco Mundial – na verdade, levando-o até as últimas consequências –, os autores argumentavam que a maior parte da economia capitalista gira em torno dos “originadores de demanda dominantes”, sujeitos milionários que, quanto maiores os desequilíbrios sociais, mais milionários ficam. Por isso, os ambientes socioeconômicos onde existem – as “plutonomias” – prescindiriam de preocupações com a “integração” econômica. “Numa plutonomia”, dizia o primeiro dos relatórios, “há consumidores ricos, que, embora em pequeno número, são desproporcionalmente grandes pela fatia que lhes corresponde na renda e no consumo” e “há o resto, os ‘não-ricos’, as numerosas multidões, que respondem por mordidas surpreendentemente pequenas da torta nacional”. Devido às diferenças abissais entre os dois grupos, “análises de consenso” que “focam no consumidor ‘médio’ estão erradas por princípio” (KAPUR et al.,

2005, p. 2). É verdade que variações no preço do petróleo ou dos alimentos criam grandes turbulência na vida das massas populacionais; mas os mais pobres,

embora sejam muitos em termos numéricos, representam pouco em termos de sua capacidade de consumo, e sua influência econômica simplesmente não é importante o suficiente para provocar uma alteração na confiança econômica, no bem-estar ou na capacidade de consumo dos ricos” (KAPUR et al., 2006, p. 5).

Tratam-se de ideias óbvias, já colocadas em jogo no relatório do Banco Mundial de 2002, porém mobilizadas para suspender a importância do problema administrativo da desigualdade.

A ideia de que, desde o ponto de vista de um concerto entre os ricos, os destinos do resto da humanidade tornam-se indiferentes contém, evidentemente, uma ameaça. Ela já está presente na consciência objetiva da Era FHC – que, aliás, com sua loquacidade característica, denominava a globalização uma “nova Renascença” (FRIAS FILHO, 1996). Em termos da lógica moderna, o periférico Príncipe dos Sociólogos está no mesmo território do metropolitano e pacífico Rei de Portugal, e também dos cosmopolitas pensadores

modernos originais, que mantinham diante dos olhos todo o tempo os limites da funcionalização econômica da população e, por isso, o caráter violento da socialização moderna. É por causa daquele caráter ameaçador que o economicismo excludente dos tecnocratas é, afinal, complementado por um jargão exterminista: não é à toa que, durante a Era FHC, e também ao longo do lulopetismo, se haja refinado, a partir do punitivismo tradicional, uma cultura de administração territorial baseada na segregação e na execução sumária por agentes públicos, amparada numa distinção entre “trabalhadores” e “bandidos”<sup>4</sup>. O que vem à tona, aí, é o caráter realmente genocidário do “capitalismo competitivo”, do universalismo “se, quando e como for possível”, que, desde as origens da socialização moderna, pensava em termos francamente brutais a estabilidade política, a ordem social necessária aos negócios, e a tranquilidade “pública”.

Esse exterminismo realmente existente, afinal, não foi inventado pelas eleições de 2018, apenas conduziu a elas, e à vitória de algo que ora chamamos de extrema direita, e que os progressistas condenam como retrocesso. Trata-se, entretanto, de um fenômeno completamente moderno, e é por isso que, nos tempos que correm, nem mesmo os melhores progressistas conseguem escapar do polinômio que co-

necta o desenvolvimento sereno com a autoridade e a mortalidade. Assim, em 2010, encontramos Marcelo Freixo dizendo que “da população das favelas, 99% são pessoas honestas que saem todo dia para trabalhar na fábrica, na rua, na nossa casa, para produzir trabalho, arte e vida” (FREIXO, 2010). É gritante o moralismo embutido no jargão da honestidade, bem como o ponto cego que envolve a porcentagem de criminosos desonestos, sem trabalho e sem arte, que acabam – segundo um ato falho de vultosas proporções – também inevitavelmente desprovidos de vida.

Mas, valendo-se da contextualização econômica e da pegada punitivista, o progressismo dispõe, esquematicamente, de duas perspectivas. Na primeira, ressalta-se que, no fim das contas, a lógica do confronto com o crime não funciona – nas palavras de Freixo, “não parece ser eficaz”. A desumanidade policial é inadmissível: nos confrontos intermináveis, as comunidades são “tornadas praças de ‘guerra’”, e os trabalhadores “não conseguem exercer sequer o direito de dormir em paz” (FREIXO, 2010). A lenta ação genocida precisa ser modernizada – e, em termos propriamente modernos, estamos no campo análogo ao dos odiadores das facções, apologistas da autocracia senhorial, para quem a guerra civil precisava ser organizada. A segunda perspectiva do progressismo, comple-

<sup>4</sup>Uma tentativa de mapear essa cultura encontra-se na obra organizada por Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira, 2013.



mentar à primeira, é a reflexão a respeito da origem dos incivis extermináveis: a falta de emprego, educação etc. Nesse sentido, deve haver algum malabarismo socioeconômico que amplie o apetite capitalista pela população, ou que torne a população mais desejável para a acumulação capitalista.

O lulopetismo foi justamente um malabarismo desse tipo – e é nesse sentido que Marildo Menegat denominava o uma administração da barbárie. As operações policiais e militares no Rio de Janeiro dessa época envolviam o morticínio de sempre, saudado, entretanto, como “Choque de Paz” e “Choque de Ordem” (BASTOS, ANTUNES, 2011) – para empregar os termos utilizados para descrever uma mui espetacularizada operação na favela da Rocinha em novembro de 2011. Na época, um entusiasmado comentarista de segurança da TV Record celebrou a operação dizendo que “agora, a paz será total, permanente, *ad aeternum*”. A sensação reinante na opinião pública era de que se estava tirando do caminho um setor da população sobrando e emperrado, para que, então, fosse possível ao capitalismo penetrar triunfalmente nas comunidades. A cada operação de pacificação, seguiam-se as cifras de investimentos públicos e privados, injeções de vitalidade nos recantos de uma cidade que estava às vésperas de receber a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. É assim que um comandante de policiamento da Baixada

Fluminense, sem sociologismo principesco, mas com honestidade intelectual comparável, declarou, em 2008, que “a Polícia Militar é o melhor inseticida social” (TOLEDO, 2008).

É preciso enfatizar o quanto essa lógica, que historicamente nos trouxe da modernização econômica e do universalismo seletivo ao exterminismo declarado, já havia sido raciocinada pelos ideólogos originais da modernidade. Como vimos, se a paz social é um dos pilares do pensamento político moderno, a guerra social é o outro. Por isso, nesse imaginário político, a ideia da desigualdade reverbera sonoramente. Por um lado – como dizia Thomas Smith –, o governo legítimo depende de uma comunidade de interesses, o que se torna impossível entre setores separados por expectativas e experiências sociais completamente diferentes. Aí, aparece a situação de desolidarização social que era apontada pelo conceito gringo de *brazilianization* do mundo. Seguindo com Smith, sem interesse comum, não há governo legítimo: mas isso, para o arauto original da *civil society*, não significava a falência do governo, mas sim que o governo acabaria sendo ilegítimo – para alguns – sem, obviamente, deixar de ser governo. Aliás, muito pelo contrário, porque governo é isso. Se não fosse para promover uma violência civil focada e polarizada, poderíamos ter ficado no mundo das facções.

## As pazes fazíveis

As Unidades de Polícia Pacificadora andam, hoje, um pouco esquecidas: em 2019, a PM fluminense reclamava de sucateamento (CORRÊA, 2019). Originalmente, o projeto tinha a marca do policiamento inteligente, da administração territorial competente. Propaganda enganosa? Não é verdade que o professor, o assistente social e o dentista brotaram do camburão – ou dos contêineres que acabaram servido de sede para as UPPs em várias comunidades –, mas isso se deve a que, no fim das contas, há um limite para o que essa sociedade pode fazer com gente educada, assistida e com boa denteição. Em seu ápice, entretanto, é inegável que as UPPs realizaram *algo*, e é importante notar o quê.

Um ponto de partida útil para tanto é a questão da enorme densidade policial a que as comunidades com UPPs estavam submetidas. Enquanto a média urbana mundial fica em torno de um policial para cada 292 habitantes (HERRENDORF, HEISKANEN, MALBY, 2010, p. 136), o estado do Rio de Janeiro tem em torno de um policial militar para cada 401 habitantes (MAGALHÃES, ARAÚJO, 2019)<sup>5</sup>, e cidades como Nova Iorque e Washington D.C. contam com, respectivamente, um policial para cada 246 habitantes e um

policial para cada 163 habitantes (REAVES, 2015). A média nas comunidades com UPP, contudo, chegou a um policial para cada 62 habitantes (cifra estabelecida por OLIVEIRA, 2016, p. 261). Em mais da metade dessas comunidades, essa relação foi maior do que um policial para cada 50 habitantes. Ora, em 2003, lobistas da ocupação do Iraque, reclamando aumento da presença militar norte-americana no país, projetavam que, para uma “estabilização sustentável”, seria necessária, justamente, uma taxa mínima de um soldado por 50 habitantes (QUINLIVAN, 2003) – algo próximo da densidade soldadesca empregada nas ocupações do Kosovo (1999) e da Bósnia (1996).

Quer dizer: em termos numéricos, as UPPs estiveram pautadas por um paradigma militar. Esse paradigma não diz respeito exatamente às concepções de segurança pública preferidas dos seus defensores e proponentes, mas a considerações técnicas a respeito da manutenção da estabilidade política graças à guerra civil – à questão moderna da administração social armada, da manutenção do pacto social entre as elites às custas da imobilização sociopolítica dos despossuídos. E, afinal, o dia-a-dia operacional da polícia pacificadora não foi jamais pacífico, embora tenha sido sempre pacificador. Por exemplo: no dia 4 de abril de 2013, moradores da

<sup>5</sup>O contingente estabelecido pela Lei Estadual n. 6681, de 15 de janeiro de 2014, elevaria esse número para um PM a cada 268 habitantes.

favela do Jacarezinho, na Zona Norte carioca, se insurgiram contra os policiais da UPP diante do que consideraram a prisão arbitrária de um jovem (cf. GRANJA, CHALITA, 2013). Os policiais, acoissados pela multidão, acabaram encurralados em um beco. Atiraram para todos os lados, e uma das balas matou um garoto que comia numa lanchonete, e que ficou estendido no chão no meio de uma poça de sangue ainda com o cachorro-quente na mão. Consultado sobre o ocorrido, o diagnóstico do comandante da UPP foi que a população tinha que se acostumar com as abordagens constantes da polícia, que estava ali para aquilo mesmo (O DIA, 2013). Nisso, estamos apenas um passo atrás da contraparte do mundo desenvolvido, onde departamentos de polícia e organizações da sociedade civil – entre elas, uma chamada “Survive The Stop” – fazem oficinas para ensinar jovens a se comportar direito durante as abordagens policiais de modo a não serem mortos pelos oficiais da lei (ANDERSON, 2016). No Jacarezinho, a UPP continuou a funcionar, e a multidão raiosa foi dispersa, até a próxima escaramuça entre as partes civilmente beligerantes. E então, pouco mais de 8 anos depois, a opinião pública assombrou-se com a operação policial mais mortífera da história da PM fluminense, que deixou, ali, 29 mortos. O motivo do assombro, contudo, pode ser apenas a intensidade do horror, e não sua natureza: pela média de 2020, a Polícia Militar do

Rio de Janeiro mata 3,4 pessoas por dia (ROLIM, 2021, p. 7), de modo que o que a Chacina do Jacarezinho realizou foi abreviar o trabalho de nove dias em um só.

Ao longo dos anos, os episódios de conflito entre a população e a pacificação foram documentados mensalmente e, muito em breve, em torno desses conflitos, o jargão da guerra civil assentou-se de forma completamente não-problemática. E é assim que, em março de 2014, vemos o ataque popular à UPP da Rocinha ser descrito como ação de “prestadores de serviço do tráfico, homens que agem sem fuzis nem pistolas e têm por objetivo atrapalhar o trabalho da PM” (G1 RIO, 2014). Na sociedade do universalismo realmente existente, é evidente e inevitável que os excluídos da operação capitalista formal sejam economicamente absorvidos pela operação capitalista informal e ilegal e, nesse sentido, as distinções exclusivamente morais entre “traficantes” ou “criminosos” e “trabalhadores” ou “gente de bem” realmente desaparecem. Isso é o que torna cruelmente verdadeira a genocida ficção midiática dos “prestadores de serviço do tráfico”: desde o ponto de vista da administração pública, e da consciência econômica do capitalismo avançado, os habitantes daqueles espaços são indiferentemente descartáveis, pacificáveis. Existem fora do pacto civil.

É curioso que os supracitados relatórios metropolitanos do Banco Mundial

e do Citigroup, embora tenham no horizonte uma incontornável dessolidarização nacional, não fazem menção ao problema da segurança pública. O que chega mais perto disso, no primeiro, é o assunto do combate à corrupção, ou um índice que, sob uma aura humanitária, mede o quanto os Estados subdesenvolvidos são realmente Estados de direito, mas que seguramente possui impactos mensuráveis sobre o padrão de consumo. O ponto cego chama atenção: afinal, estão em jogo os limites da socialização capitalista, e a guerra civil que há séculos fica subentendida. O que fazer com aqueles que venham a se cansar do trabalho inseguro, insalubre e, no fim das contas, mortífero, ou que se deem conta de que serão os “perdedores específicos”?

Essas populações que não participam da “integração” – o termo é muito empregado pelo relatório do Banco Mundial – constituem um problema moderno recorrente. Na Inglaterra do século XVI, nos tempos da acumulação primitiva, eram os chamados “mendigos aptos”: uma gente que, recém-expropriada, e acostumada aos paradigmas de trabalho para uma subsistência autônoma e pouco monetarizada, não queria se vender ao assalariamento. Eram diferenciados dos “mendigos inaptos” que, por defeito físico, idade avançada ou extrema juventude, estavam impedidos de trabalhar, sendo, por isso, autorizados pelo Estado moderno nascente a mendigar. Nos ter-

mos da preocupada sociologia de então, os mendigos aptos preferiam viver “vagabundando” – vagando a esmo, pedindo esmola, soltos pelos campos – a enfurnarem-se em oficinas para ganhar uns trocos que, no fim das contas, não somavam mais do que conseguiriam estendendo a mão para provocar pena nos cristãos. Como se sabe, as prisões foram inventadas para disciplinar essa gente, numa época em que o crescimento da manufatura e os trabalhos da colonização do Novo Mundo geravam uma demanda crescente por força de trabalho. Hoje, contudo, as prisões são lugares onde se vai para morrer, desenvolvimento manufatureiro nenhum gera demanda de ninguém, e o imperialismo clássico foi substituído pela desmodernização. Estamos, assim, no mundo dos irremediavelmente desonestos, sem trabalho, sem arte e sem vida.

### Consciência de classe

Em 2010, quando do início da ocupação policial-militar da Vila Cruzeiro e do Complexo Alemão, no Rio de Janeiro, ficou famosa a cena de “fuga de traficantes” pelo alto dos morros. Escrevendo sobre essa cena, Marcelo Freixo falou de

dezenas de jovens pobres, negros, armados de fuzis [marchando] pelo meio do mato. Não se trata de uma marcha re-

volucionária, como a cena poderia sugerir em outro tempo e lugar. Eles estão com armas nas mãos e as cabeças vazias. Não defendem ideologia. Não disputam o Estado. (FREIXO, 2010).

É impossível esconder o desapontamento: por sensíveis que sejamos à crueldade do destino desses rapazes, o que está em jogo é a percepção de que, se fossem portadores das ideias corretas, teríamos o que fazer com eles – mas, assim, como estão, não há caminho, senão o perecimento.

Trata-se, em realidade, de uma ideia fundante da variante de progressismo que procurou desenvolver uma simpatia pelas classes populares. Nesse sentido, a proposta original de Marx e Engels pode ser lida como um convite a massas irremediavelmente despossuídas para que se engajassem com entusiasmo no processo moderno incontornável e vitorioso. Inicialmente, comeriam o pão que o diabo amassou – mas estavam condenadas à vitória: num futuro mais ou menos próximo, graças aos potenciais internos da mesma modernidade que os subjugava, acabaria para sempre a guerra civil. Mediante a alquimia dialética, o mesmo trabalho assalariado contra o qual seus antepassados haviam resistido até a morte tornar-se-ia sua força, porque era sua porta de entrada para uma modernidade intrinsecamente boa: tecnologicamente avan-

çada, politicamente dinâmica, religiosamente cínica etc.

Desde então, o progressismo se coloca do lado das massas para modernizá-las – e apenas para isso. É assim que o complemento lógico do simpático movimento de alfabetização popular é o desprezo pelos incultos e as equiparações contínuas, tão ubíquas na esquerda, entre as más escolhas políticas e a deficiência intelectual. No ápice desse elitismo rubro, temos tiradas como uma recente manifestação de Marilena Chaui na Fundação Perseu Abramo. Caracterizando o governo Bolsonaro como “totalitário”, a filósofa encontra relevante salientar, com uma risada derrisória, que “seus conselheiros são autodidatas”, gente que “mostra total ausência de pensamento, de reflexão, a ignorância levada ao ponto máximo. O que se pode esperar? Não dá pra esperar nada.” (FORUM, 2019). De fato, não consta que a gestão Bolsonaro favoreça uspianos nos rangues da administração pública: que dizer, entretanto, do papel dos autodidatas na construção do Partido dos Trabalhadores, de seus principais quadros políticos, de suas bases históricas?

Não se trata de uma fala desastrada. Se olharmos com atenção, a cultura progressista flerta continuamente com esse elitismo intelectual: veja-se o fenômeno do Tropicalismo. Ali, na leitura de Roberto Schwarz (cf. SCHWARZ, 1978), jogam as peculiaridades do subdesenvolvimento: o contraste entre uma rea-

lidade urbana conectada ao mundo desenvolvido, e os traços localistas – geralmente de tom festivo – que remetem à realidade precária de quem pode ser subempregado para ajudar na modernização brasileira. Acontece que o Tropicalismo é, segundo ele próprio, absolutamente genial, o que lança um juízo de valor sobre a involuntária e mortífera arregimentação do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. “Vaca Profana”, uma canção da década de 1980, reflete de forma retrospectiva e sintética sobre isso. O compositor conclama a gente culta da Bahia, do Rio, de São Paulo, a alçar-se “pra fora e acima da manada”, ao mesmo tempo que mobiliza os contrastes locais para ficar no mesmo plano de Gaudi e Thelonius Monk (cf. VELOSO, 1984). Trata-se de uma mobilização ingrata, visto que, obviamente, a tensão com a manada permanece, uma forma inculta e brega de populacho continua existindo, e os que se salvam dela – fazendo-o, aliás, através do conteúdo que ela fornece – não têm nada a dizer a seu respeito, para além das recriminações por breguice – ou seja, submodernidade.

De forma parecida, embora aparentemente mais benigna, temos a transformação do idioma dos miseráveis em metafísica heideggeriana na obra de Guimarães Rosa. Ali, ao invés do cabra impotente e mudo de Graciliano Ramos, temos cabras que se tornam humanos interessantes na medida que seu linguajar pode produzir uma poe-

sia comparável com o gosto das pessoas educadas pela alta cultura. O povo, contra o qual a guerra civil continua, e que, inclusive, está em guerra consigo mesmo, torna-se simpático na medida em que fala de um jeito agradável para aqueles que estão no pacto civil. Os incultos sem fala, ali, não têm lugar: o apetite da estetização, como o da economia, tem limites. Em contraste, num trecho particularmente eloquente do *Memórias do Cárcere*, Graciliano fala de uma elite que, com a genuína curiosidade dos alienígenas, inclina-se sobre o gradeado do navio para observar os prisioneiros, nos porões fétidos, cantando e batendo palmas animadamente.

É claro que os movimentos de alfabetização popular, educação pública, luta por direitos, reforma agrária etc., têm todos algo que ver com a inclusão das massas no processo moderno. Contudo, a situação tem sempre um limite tragicômico, visto que a modernização só as pode aproveitar até certo ponto. Tal limite hoje está brutalmente claro para aqueles setores da sociedade que recentemente ingressaram na universidade por meio da expansão lulopetista da educação superior – caracterizada, aliás, por um sistema de quotas raciais que, notavelmente, os tecnocratas precedentes não se preocuparam em implementar. O professor universitário que, no ensino público federal, trabalha com as humanidades, encontra-se no infeliz e privilegiado lugar de apreciar o quanto grande parte dos estudantes

tem plena ciência de que o tempo que estão passando na universidade é uma espécie de trégua entre o ensino médio, obrigatório e inescapável, e um futuro completamente incerto. Durante essa trégua, a galera relaciona-se com a cultura universal metropolitana do jeito que dá. Os de vocação profundamente progressista, ou os que conseguem antever um caminho profissional dentro da academia – por teimosia, origem socioeconômica, e/ou confiança em seu preparo prévio – mergulham nela tão completamente quanto possível. A maioria o faz de forma relaxada e episódica, aproveitando o que é possível desde o ponto de vista da realidade periférica precária, divertindo-se com uma parte, maravilhando-se com outra, usando o restante pra equilibrar as aprovações e as reprovações, maximizando a duração de sua experiência acadêmica. Sabem que se trata de um encontro feliz com prazo de validade finito, porque o mundo não tem lugar para todos.

### Fobos e Demos

Desde o ponto de vista político, dá-se a mesma coisa que no cenário econômico e cultural: o desenvolvimento das instituições modernas determina a política como uma esfera específica, apartada da vida comum e das pessoas comuns. O renascentismo refletiu sobre alguns dos impulsos iniciais desse processo. O

fantasmagórico problema das facções, no fim das contas, não dizia respeito a outra coisa que à restrição da participação das massas no cotidiano político. Isso porque, da mesma forma que em Roma e no medievo, o povão da alvorada da modernidade não era apenas quem resolvia a pancadaria para as demais “classes beligerantes”, mas também puxava suas próprias brigas. As consequências desse tipo de participação política ficaram registradas na Carta das Florestas, irmã convenientemente esquecida da Magna Carta inglesa, resultado da Guerra dos Barões de 1217 (cf. LINEBAUGH, 2008). Esse documento estabeleceu uma série de prerrogativas para as massas camponesas que haviam participado no conflito: a acesso à terra cultivável, à madeira, à caça e aos frutos nas florestas, à água nas terras comuns etc. Fica ali atestado que, no paradigma pré-moderno, ao final da guerra civil, quando as classes participantes do conflito reúnem-se para combinar os termos para recomeçar uma vida social mais ou menos estável, e registram suas condições sob a forma de uma nova ordem legal, o populacho tem assento garantido na mesa de negociações. Quer dizer: na ausência do Estado moderno, a guerra civil englobava realmente todo mundo.

Isso é que precisava ser mudado, e os *signori* foram convocados para realizar essa mudança, com a colaboração do expertise dos humanistas – sua poesia grandiloquente, seu moralismo ele-

gante, seu conhecimento jurídico. O resultado foi a segmentação da guerra civil. O pacto renascentista da oligarquia amante das letras fez com que a política e a vida social se tornassem uma questão de especialistas inteligentes e mercenários pagos para bater nos iletrados. Textualmente, os especialistas em política legaram discussões a respeito do escopo e do caráter de categorias como “o povo” e “os cidadãos”; e a tradição acadêmica, por motivos escusos, resolveu identificar-se com essas categorias, ou torná-las imediatamente comensuráveis com a experiência das democracias do capitalismo plenamente desenvolvido. Autoilusão? Desonestidade? Preguiça? Consciência de classe? Qualquer leitor atento que se dispa de sua mania de progressismo, e se permita um pouco de ódio àquela gente abominável que capitaneou a origem da socialização capitalista, entende rapidamente que o objeto daquelas categorias são as elites que, embora não pertencentes à altíssima nobreza, não deixavam por isso de ser minúsculas. Ao preço de criar uma identificação com essas elites, a tradição filosófica progressista desenvolveu mirabolantes exercícios verbais cuja aceitabilidade está restrita aos meios hiperespecializados e àqueles em que o hábito da fé no progressismo blindaram psicologicamente contra seu teor monumentalmente pelego. A rigor, no jargão renascentista, o que aqueles termos de caráter genérico e anônimo descreviam eram setores que garantiam

sua participação no pacto político moderno não pela força dos números, mas pela propriedade, pelo sangue, ou pelos dois. A partir da inauguração do mundo moderno dos códigos citadinos, até o grande oxímoro da *democracia de massas*, as pessoas comuns perderam sua subjetividade política, e passaram a figurar forçosamente como objeto de uma administração demográfica militarizada. O objetivo do estabelecimento da ordem social moderna foi a exclusão das pessoas comuns do pacto social, e esse objetivo, obviamente, se concretizou.

Nesse sentido, é interessante atentar para a maneira como, não importando a nacionalidade – italianas, inglesas, francesas etc. –, as penas renascentistas que começavam condenando as facções passavam direto às imprecizações contra o populacho rude que participava das balbúrdias urbanas. Os insultos – beberrões, selvagens, ignorantes – são análogos aos que, na era da luta popular contra os cercamentos dos campos, foram dirigidos às multidões campestres revoltosas, e são, na prática, antepassados dos escarnecimentos franco-ultramarinos contra o autodidatismo. No fim das contas, esse vocabulário bate no teto de sempre, no qual até hoje batem mesmo nossos deputados de esquerda: juízos sobre a utilidade e a inutilidade das pessoas para o trabalho moderno e, daí, para a política moderna. O populacho que é inculto e desordeiro – ou seja, que não



vota direito nem age pelos *proper channels* – também é imprestável, ou seja, *não-moderno*. Nos relatórios do Banco Mundial dos anos 1990 e 2000, e papeluchos do gênero, eram chamados de “não-integrados” ou “excluídos”. A rigor contudo, esse caráter não-moderno é simplesmente equivocado, visto que a existência dessas populações se deve inegavelmente ao processo moderno de expropriação, manutenção da distinção entre licitude e ilicitude, limitação da relevância econômica da população, e pacificação civil. Os despossuídos, o lumpen, são criações tão modernas quanto todo o resto. Mas, essa gente, nem a revolução salva.

### Nunca antes nesse país

Foi então, nessa calma, que sucedeu o horror que ora vige no Brasil. O que foi que aconteceu? Pelos motivos que viemos enumerando, os diagnósticos de retrocesso não se sustentam. É preciso buscar algum outro sentido histórico para a ascensão das formas de estrago que hoje vicejam. Desde o ponto de vista da política eleitoral, é importante notar que, a despeito da vacuidade da expressão “nova política”, a irrupção de sociopatas desconhecidos nos executivos e legislativos pelo país afora representa a interrupção da manutenção da simbologia de progressismo, desde sempre sustentada pelas partes até então participantes do jogo institucio-

nal. O reinado inequívoco do desenvolvimento no nosso mundo das ideias – sempre contemporâneo ao mais teimoso submodernismo social – foi colocada em *standby*. E a nêmesis antiga das trevas recorrentes adquiriu consciência de si sob a forma do discurso negacionista, terraplanista, antiprogressista etc., articulado por figuras públicas falantes. Apareceram entre nós, nesse contexto, as designações de nova direita e neoconservadorismo: porque o velho, persistente desde a época em que o escravismo e o capitalismo combinaram-se sutilmente, não precisava de portavozes.

De fato, essa mudez é motivo de chacota por aqui há muito tempo, especialmente desde os momentos iniciais da redemocratização. Uma fala anedoticamente atribuída a Paulo Maluf dizia que não existe direita no Brasil, onde todos os partidos são “democráticos” e “sociais”. Nas décadas de 1980 e 1990 era comum a sátira dessa ausência. Na análise do segundo turno das eleições de 1989 – que ficaria entre Fernando Collor e Lula –, um colunista do Jornal do Brasil falava de Ronaldo Caiado, então do PDS, hoje governador de Goiás pelo DEM: “tem o mérito de ser original no Brasil: não esconde que é de direita” (MARTINS, 1989, p. 5). Na mesma edição, um redator adverte: “as cassandras já propalam que o 2o turno dividirá o país (...) se dividir, só vai dividir a esquerda, pois ninguém é de direita” (ATHAYDE, 1989, p. 13). O

tema foi repetidamente abordado em crônicas por Luís Fernando Veríssimo, para quem “no Brasil, como se sabe, ninguém é de direita (...) para ler denúncia social no Brasil (...) basta ler um catálogo de debutantes. Todas são contra a injustiça e por um futuro mais fraterno.” (VERÍSSIMO, 1996, p. 9).

Que tempos! Hoje não faltariam as núbeis pedindo tiro, porrada e bomba. É difícil mapear rigorosamente essa transição, mas os palpites que circulam insistem em buscar o ponto de virada no 2013 dos protestos, das prisões do mensalão, dos confrontos com a polícia, do engajamento midiático anticorrupção e antipetista. Quem esteve, então, nas ruas, há de se lembrar do primeiro dia em que os manifestantes de vermelho e de preto foram hostilizados abertamente por setores difusos porém indelévels da multidão, até temerem por sua segurança e serem obrigados a se retirarem, por puro susto e despreparo diante da existência de uma oposição naquele espaço até então por “nós” monopolizado: o espaço de quem tem ideias políticas.

Depois da apertada vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014, e a contestação extraoficial do resultado eleitoral por parte de um candidato cujo nome ninguém mais se recorda, o discurso sobre a ilegitimidade do governo petista, até então apenas moralista, assumiu contornos políticos mais precisos. Em 2015, nas manifestações em que se misturavam demandas

econômicas difusas, protestos contra a modernização urbana violenta e excludente para a recepção dos Jogos Olímpicos de 2016, e uma resposta ao chamado midiático para o combate à corrupção, o golpismo tucano ganhou momento, mas acabou escorrendo rapidamente por entre os dedos do *establishment* político progressista, sendo, afinal, galvanizado pela tal nova direita. Na votação do *impeachment*, foi o espírito dessa nova direita que brilhou: as alusões, regadas a escárnio e sadismo, aos valores familiares e às crenças religiosas; a paranoia anticomunista; o jargão da violência policial mobilizado para a luta anticorrupção, fizeram esquecer completamente as técnicas contábeis originalmente mobilizadas para iniciar o processo. O tucanato saiu de jogo, e o projetado revezamento dentro do campo progressista foi abortado. Aparecia um sujeito falante coletivo diferente, mais capaz de elaborar e performar o vocabulário e emoções primeiro balbuciados nas ruas em 2013. Esse sujeito chegou às desenvoltas vitórias nas eleições de 2018, que deixaram os progressistas de todos os naipes estupefatos e incrédulos.

## E o novo não pode nascer

Na figura do bizarro personagem eleito para a presidência, abundam os tropos antimodernos no campo da forma de expressão. Verbalizações rudes, desca-

radamente violentas; a quebra de protocolo; a afronta brutal àquilo que, em algum momento, as classes propriamente políticas, num sentido moderno, chamavam de politicamente correto. É como se tudo fosse precária, porém eficientemente calculado para ofender os ouvidos dos progressistas. Qualquer pretensão ao universalismo realmente existente é abandonado: o racismo aberto, o particularismo religioso, a homofobia declarada, parecem buscar a erosão dos frágeis amparos do nosso pacto civil.

Mas como ficam esses ataques verbais diante da estreiteza desse pacto? Seus termos, afinal, nunca foram os melhores e, mesmo durante os anos de benigna administração da barbárie, as limitações do universalismo realmente existente expressavam-se numa socialização amargamente violenta. Ao mesmo tempo, em seu funcionamento cotidiano, a administração pública dessa nova direita continua sendo administração pública e, portanto, um novo capítulo da horripelantemente continuada história da sociedade moderna. Não obstante a estupenda inabilidade do bolsonarismo, o aparato estatal continua funcionando, à sua maneira. Os procedimentos de desmonte do sistema público de assistência, de flexibilização da fiscalização ambiental etc., não são exatamente inéditos e não envolvem uma engenharia institucional especial. Os ministros da educação, de quem se esperava uma revolução cultural, aca-

baram substituídos por um gestor simplesmente displicente e privatista. A reputação do ministro da economia é de tecnólogo – no fim das contas, nada mais, nada menos, do que alguém que vai oferecer boquinhas privatistas para o empresariado e cuidar de desonerar o Estado: uma maior injeção de realidade no universal realmente existente. É a isso, na prática, que corresponde toda a verborragia bolsonarista, uma regulação na torneira?

Não apenas. As violências que tiveram lugar ao longo da campanha presidencial de 2018 são inesquecíveis: o mestre de capoeira negro de 63 anos esfaqueado em Salvador por criticar Bolsonaro (G1 BA, 2019); a funcionária pública espancada em Recife por portar um botão da campanha “Ele Não” (VALADARES, 2021); os estudantes universitários no Rio que, distribuindo panfletos do candidato petista, fora agredidos com barras de ferro (LEMOS, 2018); a transgênero esfaqueada por um sujeito que gritava que, com Bolsonaro, haveria guerra declarada contra os gays (QUERINO, 2018). Tais atos, perpetrados durante a corrida presidencial, estiveram inegavelmente conectados à figura de Bolsonaro; para além desse contexto, contudo, qual será sua especificidade bolsonarista? A resposta a essa questão não é evidente. O perfil racial das vítimas dos crimes violentos no Brasil é bem conhecido há muito tempo; os números hediondos de violência contra a mulher, idem; e, no que

diz respeito às agressões inspiradas por homofobias, simplesmente não são produzidas no Brasil estatísticas suficientemente abrangentes (BUENO, LIMA, 2020, p. 110)<sup>6</sup>, o que denota uma longa tradição de indiferença a crimes desse tipo. Desde um ponto de vista estrutural, nosso país estava preparado para aquelas violências, bem como para a permissividade que se supõe haver-lhes seguido, a qual, contudo, não parece haver provocado nenhuma alteração estatística significativa.

Por exemplo, os aumentos registrados desde 2018 nos índices de violência contra a mulher não alcançaram níveis impensáveis antes do governo Bolsonaro. Nos últimos tempos, o maior incremento anual no número de estupros se deu entre 2016 e 2017: de 49.497 para 61.032 casos, uma variação de cerca de 23%. De 2018 a 2019, esse número sofreu uma queda de cerca de 2%: de 67.211 para 66.348 casos<sup>7</sup>. Mas a conhecida subnotificação do estupro, que convive com uma estabelecida normalização da violência contra a mulher no Brasil, torna todos esses números difíceis de interpretar, e o que emerge dessa dificuldade é uma sociedade caracteristicamente e tolerantemente brutal, antes e depois das eleições de 2018. Algo assim também se passa com o ecocídio e a “passagem da boiada” nas áreas de

preservação do país. Por significativas que sejam as mudanças recentes na legislação e na fiscalização ambiental, um relatório de 2016 da Global Witness lembrava o quanto o Brasil já era tradicionalmente conhecido por ser recorde de assassinatos contra militantes da causa do meio ambiente (GLOBAL WITNESS. 2017, p. 6.) numa época em que Bolsonaro ainda não passava de uma atração macabra em programas de variedades.

Assim, por si mesmos, o racismo, a homofobia, o machismo e as insinuações de ecocídio do discurso bolsonarista expressam uma realidade preexistente, não inauguram alguma nova era de brutalidade – diferentemente do que se poderia dizer, por exemplo, do Nacional Socialismo, tão evocado para comparações retóricas, e cuja prática de segregação racial, embora bebendo do tradicional antissemitismo europeu, foi muito além dele. Mas se as violências perpetradas na campanha desaparecem no oceano de barbaridades do cotidiano brasileiro, assim mesmo algo salta aos olhos nos episódios que enumeramos acima: o corte de classe. Não se espera que aquele tipo de coisa aconteça em espaços frequentados pelos participantes do pacto civil. Bater num estudante universitário na Zona Sul carioca, em plena luz do dia, ou atacar uma

<sup>6</sup>O anuário denota um aumento de 6% no número de registros de crimes de lesão corporal dolosa contra LGBT entre 2018 e 2019 (de 731 para 775), e uma redução de 32% no número de registro de homicídio doloso contra LGBT no mesmo período (de 124 para 84; pp 106-107). A subnotificação é evidente e incontornável, e torna a interpretação da estatística uma tarefa complexa.

<sup>7</sup>Os números foram extraídos do aplicativo estatístico do Fórum de Segurança Pública (cf. FBSP, 2021).

branca sentada num bar em Recife, na frente de todo mundo, seriam eventos impensáveis fora do contexto político acirrado que a ascensão da nova direita provocou no Brasil.

Nesse sentido, talvez seja correto dizer que o bolsonarismo introduz uma mudança na natureza da guerra civil contemporânea, trazendo a violência para dentro dos espaços de cidadania – no sentido original, adequadamente oligárquico, do termo. Lembremos que a modernidade política nasceu justamente para evitar essa violência, estabelecendo o pacto entre os cidadãos propriamente ditos, definidos por sua riqueza e sua cultura, e deixando de fora aqueles cuja existência depende de sua relevância econômica, e contra os quais a força bruta continuaria valendo. A ideia de uma campanha presidencial violenta encaixa perfeitamente nesse modelo: trata-se de violência *política* no sentido tipicamente moderno, diz respeito a preferências ideológicas, e por isso ocorre nos espaços do pacto civil, entre aqueles que tipicamente se interessam por essas questões. É verdade que, contra as previsões horrorizadas que fizemos no final de 2018, essa violência política diminuiu das eleições para cá. Contudo, não desapareceu, prossegue vicejante nas redes sociais, nos almoços em família, nos estacionamentos, bares, condomínios etc., e aí há algo a se pensar.

## Danos colaterais

As agressões pontuais politicamente motivadas não são o único sinal de que a guerra civil passou a incluir os cidadãos: para *nós*, a administração estatal da pandemia de coronavírus tem o mesmo significado. Enquanto escrevemos esse texto, todas as estatísticas disponíveis parecem indicar que o Brasil é o pior país do mundo na chamada “gestão” do covid-19, e é evidente que a intenção e a incompetência do governo federal combinaram-se para produzir esse resultado. Também é impossível negar que o discurso negacionista teve, aí, consequências práticas, sob a forma da sinistra insistência, por parte do próprio presidente e de seu círculo, em caçar das recomendações científicas de distanciamento social e uso de máscaras, e da prolongada recusa a organizar uma campanha de vacinação. Setores mais críticos da mídia vêm utilizando a expressão “pandemicídio” para descrever a concretização desse macabro projeto de governo, apontando, assim, para fora da lógica moderna da preservação da vida.

Mas até aí morreu o Neves: a relação da sociedade moderna com as pessoas comuns sempre foi cheia de altos e baixos. Assim, desde o ponto de vista da administração social, a perda de vidas para o covid-19 é contabilizada segundo raciocínios gerais a respeito da significância econômica da população. Vejam-se, por exemplo, observações fei-

tas pelo ministro da economia, e por membros de sua equipe: o raciocínio de que a morte de idosos por covid-19 contribuiria para equilibrar as contas da Previdência (LINDNER, VARGAS, 2020), e a lamentação de que a vontade das pessoas de viver demais causa sobre os serviços públicos de assistência uma pressão contábil insustentável (MARTELLO, GOMES, 2021). O vocabulário brutal é característico da desfaçatez da nova direita, mas a ideia subjacente, de caráter meramente técnico, é suficientemente velha: é algo do repertório do universalismo realmente existente, bastante parecido com o que a mídia séria incensava nos tempos áureos do civilizado principado sociológico.

Nessa perspectiva, o ovo da serpente caberia direitinho dentro do ninho do tucano, e estaríamos apenas diante de um capítulo particularmente sangrento da guerra moderna contra os economicamente supérfluos. Nessa linha de raciocínio, encontramos as análises políticas progressistas, com suas lamentações petrarquianas e suas acusações de incompetência, ignorância e obscurantismo. Foca-se no aspecto subjetivo do bolsonarismo, como se os horrores que estamos vivendo houvessem brotado ineditamente da cabeça de alguém. Nessa perspectiva, contudo, fica de lado o negacionismo realmente existente: o descompasso moderno concreto, objetivo, entre as verdades científicas estabelecidas e as práticas de assistência e manutenção da vida.

Quer dizer: é evidente que não foi a gestão Bolsonaro que inventou os hospitais lotados, as pessoas morrendo nos corredores, a falta de equipamentos básicos e insumos elementares. Muito antes de existir a nova direita, o serviço público de saúde do Terceiro Mundo estava alheio aos tratamentos científicos mais avançados proporcionados pelas descobertas das vanguardas intelectuais da humanidade. Mesmo nos bons tempos em que nosso atual presidente ainda limitava sua atividade política às boquiabertas sonecas no parlamento e à medíocre organização de rachadinhas, já vigia a falta de leitos no SUS, as alas de hospitais interditadas por decadência estrutural, os pacientes de UTI atendidos em cadeiras plásticas, o abandono e a pressão para privatizar os hospitais universitários etc.

Também é óbvio que esse negacionismo objetivo não está limitado à experiência social brasileira, e precede o advento do covid-19. De acordo com dados da ONU, na última década, uma média de 1,7 milhão de pessoas morreram todos os anos vitimadas por doenças diarreicas (DADONAITE, RITCHIE, ROSER, 2019), causadas por patógenos que a ciência humana conhece e compreende desde o século XIX. A profilaxia para essas doenças, que envolve a higiene mais básica, está inviabilizada para grande parte da humanidade, e isso não se deve a uma campanha negacionista contra o sabonete. Segundo dados da ONU, 2 em cada 5

peças no mundo não têm onde lavar as mãos, e metade dos seres humanos não têm acesso ao saneamento básico (ONU, s.d.).

Extrapolando a problemática para outras frentes, a despeito de todos os avanços científicos na produção tecnológica de alimentos, metade da humanidade está em insegurança alimentar, mais de 25% das pessoas no mundo estão desnutridas, e cerca de 10% padecem de alguma doença associada à subnutrição crônica (FAO et al., 2020, p. xvi). A eficácia dos alimentos para a saciação da fome não é questionada por nenhum teórico da conspiração; ademais, os alimentos existem – segundo dados da ONU, para 10 bilhões de pessoas (cf. HOLT-GIMÉNEZ et al., 2012) – e, mesmo assim, a fome persiste. O obscurantismo enquanto projeto intelectual é supérfluo para a sociedade moderna: a lógica das coisas modernas é obscurantista por si mesma, sem que ninguém tenha que jurar por terra plana nenhuma. Diante da realidade do SUS, da fome, do transporte público lotado, da pobreza sistêmica etc., as verdades científicas são indiferentes.

Isso não quer dizer, é claro, que um governo e um empresariado absolutamente comprometidos com a ciência mais avançada não possam realizar grandes coisas. Foi assim que megacorporações como a DuPont, a Kellogs, a Union Carbide, entre outras, ouviram o chamado de Albert Einstein, e do próprio presidente estaduni-

dense Franklin Delano Roosevelt, para, sem um pinga de negacionismo, depositar rios de dinheiro no Projeto Manhattan, e iniciar a produção de armamentos nucleares. Não havia nenhum Véio da Havan ali e, desde o ponto de vista da ciência moderna conforme originalmente concebida, nada de estranho, tampouco. Francis Bacon (1561-1626), oficialmente o inventor do tão celebrado método experimental, em nenhum de seus exemplos práticos indicou o emprego da ciência para a satisfação de necessidades, cura de doenças, auxílio em obras humanísticas, superação da desigualdade social etc. Explicitamente, Bacon só nos fala da eficácia científica para a produção de armas, a construção de edifícios altíssimos para servirem de morada à elite político-intelectual, e artigos luxuosos tais como joias artificiais e roupas brilhantes (cf. BACON, 1952, *passim*).

Essa imagem baconiana deveria nos dar o que pensar: os resultados do exercício intelectual interessam aos membros oligárquicos do pacto civil. Mas isso não quer dizer apenas que as pessoas comuns ficam de fora, mas também que as pessoas de bem deveriam ficar dentro – e é isso que não acontece na gestão bolsonarista da pandemia. O que se passa é que há uma diferença entre o contexto pandêmico, de um lado, e as pessoas morrendo no corredor do hospital ou da inacessibilidade da água limpa e alimentos, do outro. A sociedade moderna sempre excluiu os eco-

nomicamente inúteis e/ou substituíveis das benesses do desenvolvimento, mas o que o covid-19 apresenta é a possibilidade do perecimento sistemático de membros do pacto civil. Ao contrário das epidemias de sarna que correm soltas no sistema carcerário, ou a tuberculose que mata nas favelas, o coronavírus, como se diz, não conhece muros, e passa facilmente do motorista de aplicativo para o usuário do aplicativo, do faxineiro para o patrão, do padeiro para o freguês etc. E não é preciso ter ouvidos muito apurados para perceber a ênfase com que, a cada nova “onda” de infecções, a mídia contabiliza os riscos não só dos hospitais públicos não darem conta – o que não seria nenhumíssima novidade –, mas também a possibilidade de lotação do sistema privado de saúde.

Nesse sentido, novamente, encontramos no caráter de classe da violência uma marca específica do bolsonarismo. É claro que, no fim das contas, quem morre mais são os economicamente supérfluos ou limítrofes, nos termos da guerra civil tradicional – os mesmos que não precisam se preocupar com profilaxia e distanciamento social, pois utilizam transporte público lotado, residem em habitações de baixa metragem, e seguirão procurando trabalhar de qualquer jeito; se já o fizeram, historicamente, a custo de dedos e braços, lesões por esforços repetitivos e deformações ósseas, intoxicação aguda e pulmões calcificados, andaimos precários e

caminhadas no parapeito etc., não será um micróbio maldito que irá detê-los. A indiferença frente às *nossas* vidas, contudo – à vida daqueles que normalmente conseguem se cuidar, e que geralmente estão do lado preservativo do poder moderno sobre a vida e a morte – é coisa nova.

É assim que fazem sentido as lembranças, hoje muito correntes, de uma declaração emitida por Bolsonaro no final da década de 1990, num programa de televisão. Falando sobre sua esperança no Brasil, diz que isso aqui só vai ter jeito “quando nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, e começando com o FHC (...). Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre alguns inocentes. Eu até fico feliz se morrer, mas desde que vá (...) 30 mil junto comigo” (BITTENCOURT, 2017). Ora, a guerra civil concebida aí não é aquela tradicional, de Petrarca, de Henrique VIII, de Thomas Smith, contra as pessoas comuns: essa todos os governos vem praticando ininterruptamente, porque é para isso, exatamente, que servem. Trata-se de uma guerra civil contra cidadãos – especificamente, contra os progressistas. É uma guerra de desmodernização e, como tal, ela está funcionando: levando em conta a proporção demográfica da classe letrada no Brasil, digamos que já morreram umas centenas de milhares de inocentes. Mas o coronavírus não conhece



muros.

## Dever-Ser

Como dizíamos não há tratamento genético para câncer no SUS, e falta sabonete até nos banheiros das universidades públicas, e por isso as verdades científicas constituem, para a maioria dos brasileiros, um assunto completamente vazio. Os cientistas do clima aperfeiçoam modelos sofisticados e complicadíssimos, então utilizam suas atualizações quase semanais sobre a irreversibilidade da catástrofe para digladiarem-se contra os negacionistas; ao mesmo tempo, os meteorologistas tradicionais, utilizando previsões calculáveis com lápis e papel, não têm sucesso em precaver a administração pública sobre o colapso hídrico que ameaça os paulistanos, por exemplo. Poucos de nós circunavegarão o globo e, a primeira vez em que isso foi feito, foi no contexto do grande genocídio ameríndio, e é por essas e outras que, na prática, para a maioria esmagadora dos habitantes humanos da Terra, faz muito pouca diferença se ela tem ou não tem formato de pires. As questões de epistemologia ocupam apenas, de um lado, os corações e mentes de uma reduzida casta de progressistas e, de outro, de sua contraparte antiprogressista – a qual, a bem da verdade, foi a responsável por trazer essa coisa chamada “ciência” para o debate político, quando começou obs-

tinadamente a contrariá-la, ao invés de simplesmente manter diante dela a indiferença civilizacional usual.

Essa observação é importante porque, por meio dela, fica claro que o negacionismo enquanto doutrina – não o dar-de-ombros popular, mas os vituperios antivacina, terraplanistas etc. – situa-se, ideologicamente falando, no mesmo campo que o progressismo: ambos são formas de cultura no sentido moderno do termo, conjuntos de crenças que distinguem aqueles que as possuem, marcando-os como *connoisseurs* de algo, gente especial por causa daquilo que leu, ouviu dizer, as ideias que defende, os canais que segue, o professor de filosofia preferido etc. No fim das contas, às costas das pessoas comuns, os intelectuais e os anti-intelectuais travam uma batalha cultural, chacoalhando o pacto civil.

No caso do antiprogressismo brasileiro, um dos traços mais marcantes de seu caráter moderno é a existência de Olavo de Carvalho. Nosso Homem da Virgínia é às vezes chamado de guru, mas apenas critérios chauinianos muito suspeitos nos permitiram contestar o epíteto de filósofo que ele e os seus lhe atribuem. Afinal, é profundamente apegado à inteligência e ao espírito e, de forma idêntica aos odiadores das trevas, utiliza-os como critério de discriminação. Quando justifica seu apego pelo conservadorismo cristão estadunidense, fala do prazer de haver descoberto que “o vigor intelectual

dessa cultura é assombroso”. Defende o “povo” do interior da Virgínia como sendo o “mais educado, gentil e civilizado do mundo” – em contraste com as populações mestiçadas e os ambientes cosmopolitas das grandes cidades como Chicago e Nova Iorque, onde “a criminalidade é galopante e incontrollável” (cf. GRIMALDO, CARVALHO, 2015). Tratam-se de comparações no melhor estilo do cânone moderno, como as que Francis Bacon e Thomas More – para ficarmos entre esses homens de antigamente – emitiriam sem ruborizar. Obviamente, a cultura e a incultura, a civilização e a incivilização, são atributos de grupos diferentes para os progressistas e os antiprogredistas; o critério, entretanto, é o mesmo, bem como a finalidade de sua aplicação, que é a discriminação pura e simples.

Também é incrivelmente irônico que a proximidade que o círculo bolsonarista procura cultivar para com a pessoa de Carvalho coloca-o numa posição que os pensadores progressistas, na sua prática diária, sempre procuraram constitutivamente ocupar, sem nunca haver conseguido, ficando limitados a perfis de “feice” e encontros em restaurantes italianos. E isso é ainda mais notável quando pensamos no ineditismo de um pensamento de direita entre nós. É historicamente curioso que o único governo a procurar associar-se enfaticamente com um intelectual – não um tecnocrata, mas alguém que é conhecido por ter ideias – seja justamente um

governo da nova direita. A nossa direita *yuppie* associada ao neoliberalismo ocupa-se apenas de raciocínios administrativos, e mesmo o entusiasmado filosofar tucanófilo do final da década de 1990 era entusiasmaticamente conformado, essencialmente despretensioso, pragmático e conciliador. Já os nossos períodos de governo autoritário, tanto os mais recentes, quanto os mais antigos, careceram de ideólogos: durante a última ditadura, de 1964-85, como muita gente já deixou registrado, a hegemonia intelectual era inegavelmente de esquerda. Os milicos não precisavam de intelectual de estimação, o regime não tinha opiniões sobre os rumos da cultura ocidental, e até a filha do funcionário do DOPS era famosamente fã de Chicho Buarque (cf. BUARQUE, 1974). Isso sim é que é um Estado laico! Vem daí, afinal, a necessidade de completar o serviço...

De todo modo, chega a ser engraçado que, enquanto do lado do progressismo contemporâneo, temos o universalismo realmente existente que dispensa pensadores, do outro lado temos a promessa – que alguém poderia chamar de utópica – de usar o lugar político de comando para a implementação dos pensamentos certos, utilizando a premissa moderna de que a realidade pode ser transformada numa determinada direção pelo exercício do poder concentrado no aparato estatal. É que o orgulho específico dos partidários do universalismo realmente existente não

repousa nos seus valores civilizados – embora prestem homenagem verbal a eles –, mas em sua habilidade para governar; em contraste, como testemunhou o próprio Jair Bolsonaro em declarações conhecidas e reverberadas, ele e os seus não têm nenhuma aptidão para o governo (cf. AGOSTINE, FREITAS, 2019), e o papel histórico de seu mandato seria o de desconstruir, e não de criar. Ao mesmo tempo, essa perspectiva maljeitosa é caracterizada como uma “revolução que estamos vivendo”, a qual “em grande parte” é devida às ideias de Olavo de Carvalho (VALOR SÃO PAULO, 2019). O que está em questão, no fim das contas, é a realização mundana das boas ideias.

### É hora do almoço

No discurso recente dos progressistas, chama a atenção a evocação da “autoridade científica” e o apelo à “crença na ciência”. Esse vocabulário curioso destoa de um espírito cético que parte do iluminismo francês havia procurado explorar, e que dizia respeito a um poder propriamente científico de destruir as autoridades estabelecidas e as crenças inamovíveis, devido à enxurrada perpétua de novidades. Mas a escolha de palavras dos progressistas contemporâneos que se distancia dessa perspectiva não é acidental. Ele é perfeitamente adequado a todos os momentos da história moderna em que os es-

pecialistas, com seus gráficos enganosamente simples e o branco ofuscante dos seus jalecos, estiveram do lado da violência tecnológica, ou exigindo das pessoas comuns que aceitassem verdades desvantajosas. As teorias eugênicas, a superioridade racial dos brancos, a inferioridade cognitiva das mulheres, a inviabilidade contábil do Estado de Bem-Estar, os modelos históricos que dizem que tudo sempre foi igual e assim permanecerá, a tecnologia de administração populacional durante o Holocausto, o risco calculado de criar uma reação em cadeia infinita quando da primeira detonação nuclear, as rotinas de tortura padronizadas pela CIA, os experimentos com material tóxico promovido pela DuPont em seus funcionários: a cada vez, o *establishment* científico pronunciou-se e assinou embaixo, e conclusões foram emitidas muito embora os processos propriamente científicos usados para produzi-las fossem completamente opacos para as pessoas comuns. Esses processos – aquilo que poderia ser chamado de descoberta científica – ocorrem por trás das muralhas sempre crescentemente mais inexpugnáveis da sofisticação técnica e da divisão social do trabalho. O corte racial, de gênero e de classe dos pesquisadores soma-se aos interesses dos financiadores para produzir um discurso com uma marca sociológica muito precisa, mas um aspecto indiferentemente autoritário. A divulgação científica e o estímulo à ciência obedecem lógicas

obscuras, que fazem com que os enunciados científicos tenham, objetivamente, o aspecto de enunciações oraculares – as quais Francis Bacon defendia que deveriam ser o mais diferentes possíveis da linguagem das pessoas comuns (cf. BACON, 2000). Às vezes, essas enunciações estão do nosso lado, ideologicamente falando – como no caso da ciência do clima, o materialismo dialético etc. Sempre, entretanto, são membros de *nossa* classe que as operam, mapeiam, interpretam, implementam, emitem.

Dado aquele aspecto de revelação, não é estranho que, mais cedo ou mais tarde, as demandas para que as pessoas comuns aceitem a verdade da ciência assumam o caráter do insulto. Quem “não acredita” na ciência é estúpido; a alternativa a dizer isso seria, de fato, explicar a ciência, o que é impossível para quem não tem muito tempo sobrando e nem conhecimento prévio, de tal modo que, na prática, é o perfil de classe que determina os fundamentos daquela crença. Quando levamos em conta a questão da religião, isso fica ainda mais evidente. Aqueles que, segundo o jargão progressista, se deixam levar pelo discurso “medieval” dos pastores etc., são os mesmos que precisam da própria igreja e da comunidade em torno dela para ter o que ler, o que cantar, com quem conversar, aonde ir no fim de semana, com quem pegar dinheiro emprestado etc. São pessoas que estão além do alcance das institui-

ções modernas e para quem o ateísmo maníaco dos progressistas não levaria a nenhuma vantagem prática. Dessa forma, diferentemente dos progressistas e dos antiprogressistas, as pessoas comuns talvez não tenham problemas de ordem estritamente cultural, porque, para quem vive nas margens da sociedade moderna, não ocorre realmente uma separação entre, de um lado, as ideias defensáveis e indefensáveis, e, de outro, a reprodução material. Esse, no fim, é o pecado das populações que não têm o bom senso de ocupar-se do que pensam, desejam e planejam os progressistas.

De fato, quando Marilena Chauvi ri dos autodidatas, ou quando algum amigo querido vocifera contra o gado ignorante, o que vem à tona é que o conhecimento, a ciência, a cultura etc., são contrassenhas que os membros progressistas do pacto civil moderno usam para se reconhecer. Para além do alcance dessas contrassenhas – ou seja, entre quem está dentro e quem está fora do pacto –, não há nem fala comum, nem dívida de civilidade. Repetem-se, aí, as condições que vigiam entre os índios canibais e Pedro II, o Pacífico: a única relação possível é a guerra. Como os frequentadores de refeições em família sabem muito bem, e os teóricos da primeira modernidade também já sabiam, muito mais do que ser um fundamento para a socialização e a civilização, a racionalidade é um resultado de um acordo comum que, inexistindo,

torna o “intercâmbio de ideias” impossível. Primeiro você concorda – pertence à sociedade civil, é portador de certas distinções raciais, econômicas, culturais – e só depois você conversa sobre as coisas. É assim desde Aristóteles: para ele, a política não era um atributo dos animais racionais, mas, ao contrário, a racionalidade era um atributo do animal político, de modo que os atenienses não faziam a pólis por serem racionais, mas podiam ser ditos racionais porque faziam a pólis; e os escravos não estavam fora da vida política por serem irracionais, mas podiam ser ditos irracionais porque estavam fora da vida política (cf. ARISTOTLE, 1992). No limite, o astronauta Buzz Aldrin é celebrado por ter dado um soco na cara de um sujeito que negava que “o homem” houvesse chegado a Lua, e chamava-o de mentiroso (cf. THORNHILL, 2021). A alternativa seria levar o negacionista para o espaço – o que é impossível por questões contábeis, para não falar de segurança militar – ou convencê-lo a confiar nos meios de comunicação, coisa que os chamados teóricos da conspiração não estão dispostos a fazer, talvez seguindo os passos dos próprios progressistas, que, por muito tempo, ocuparam sozinhos o posto de vanguarda crítica da ideologia e denunciadora das mentiras contadas na TV.

### *No news is good news*

O negacionismo anticientífico e a desconfiança frente à mídia têm o mesmo fundamento sociológico. O caráter autoritário do aparato tecnológico de informação frente às pessoas comuns é tão incontornável quanto o caráter oracular da divulgação científica – independentemente do posicionamento que sai da boca do âncora de TV. Para além do jornalismo investigativo que obedece os parâmetros empiristas da verificabilidade, sempre se chega no plano das coisas que realmente importam, onde vige a opacidade social normal da modernidade: os interstícios da negociação política, a incompreensível capacidade de acumular e exercer poder por parte do Estado. Estamos, novamente, no âmbito da incontornável e determinante divisão social do trabalho – as informações privilegiadas trocadas com fontes exclusivas por informantes com circulação livre em esferas que, para os meros mortais, são inacessíveis; os gabinetes onde se entra por amizade; as reuniões em que se penetra por indicação; as entrevistas que se obtém por troca de favores etc. Numa leitura de Roberto Schwarz, o pano de fundo dos noticiários televisivos, onde se vêem os bastidores repletos de máquinas e de trabalhadores, buscam revestir essa opacidade com uma aura de objetividade científica, cujo sentido, contudo, não é outro que a demonstração do poder econômico necessário para fa-

zer girar as engrenagens da informação. É preciso acreditar nas notícias porque é impossível à maioria de nós produzi-las e difundi-las na escala que está ao alcance dos jornalistas predominantemente brancos e de classe alta, e das megacorporações que, obedecendo sabe-se lá a quais critérios, resolveram empregá-los.

Objetivamente, isso significa que qualquer informação, mesmo a acurada, tem o aspecto de verdade revelada. Mas também os próprios fatos narrados são indistinguíveis de conspirações. Quando a CIA envia secretamente um esquadrão de elite num helicóptero para dentro do território Paquistanês, sem comunicar-se com o governo desse país, de modo a assassinar um sujeito chamado Bin Laden, e depois dispõe do corpo como bem entende, sem sofrer nenhuma sanção internacional, a realidade desse acontecimento se torna indiferente: a escala do poder envolvido torna a veracidade da informação irrelevante. Cada membro do público que assiste a reportagem a esse respeito poderia, objetivamente, estar no lugar de Bin Laden: ser desaparecido, raptado, assassinado, ter o cadáver ocultado, perecer a tiro ou esganado sob os joelhos de um oficial qualquer de uniforme, ou sem – como sabem muito bem as populações economicamente supérfluas. Da mesma forma, um caso como o Irã-Contra, em que a CIA facilitava a venda ilegal de armas para o regime iraniano de modo a

financiar, também ilegalmente, grupos paramilitares na Nicarágua, colocam no chinelo qualquer assim chamada “teoria da conspiração”. E o infeliz que tem contato com o público de classe média estadunidense sabe do ceticismo que afeta, mesmo os “liberais”, diante do fato do envolvimento da CIA nos golpes militares da América do Sul. No fim das contas, as inúmeras mediações envolvidas no processo de obtenção das informações a respeito dessas tramoias, bem como a própria natureza mirabolante dos planos, torna-os tão incríveis para a pessoa comum quanto histórias sobre OVNI's. Parafraseando Wilhelm Reich, o grande mistério não é de onde vieram os negacionistas e os conspiracionistas, mas sim o que fundamenta a crença das pessoas de bem nas coisas que realmente aconteceram.

## Contracultura

Desde o ponto de vista sociológico, o que há de errado é o fundamento irracional da sociabilidade racional. Por causa dos códigos de conduta, da branquitude, e da divisão do trabalho, a crença na ciência e no noticiário, é fácil e natural para a classe que a produz, e não para as demais classes. O discurso progressista atribui um valor universal para os produtos da atividade dessa classe, na esteira das primeiras elites letradas modernas, que se denominaram nada mais nada menos que

*humanistas*. Mas essa retórica não é nem de longe suficiente para eliminar o gesto classista e arbitrário que instaura a modernidade cultural. A própria divisão social do trabalho, que determina o aspecto oracular da ciência e das notícias, remete ao caráter restrito do pacto civil moderno e à guerra civil declarada. As pessoas comuns convivem com isso há séculos, e tocam sua vida como dá, numa mistura de pragmatismo, desespero, autoconvencimento e contra-venção. Já os antiprogressistas voltam aquele caráter alquebrado contra o próprio pacto civil: os inimigos específicos de seu discurso paranoico – os gayzistas, feministas, comunistas, pedofilistas, corruptos, racistas reversos etc. – não são membros da massa economicamente supérflua, mas cidadãos ameaçadores.

É claro, o elemento policialesco de combate à “criminalidade” e o racismo intrínseco do antiprogressismo torna-o partícipe da guerra civil moderna tradicional, desencadeada contra as pessoas comuns sem posses nem nome de família: mas é que essa guerra está ganhando. É por isso, aliás, que é possível e necessário expandir o *front* para cima dos cidadãos progressistas. Essa lógica foi profeticamente explicada pelo filme *Tropa de Elite II*, que tão generosamente contribuiu para a autoconsciência genocidária brasileira. Depois de passar dois filmes inteiros matando e torturando negros economicamente supérfluos numa guerra às drogas irracional,

porém inevitável, o homem de preto narrador avisa: “o inimigo agora é outro”. E é assim que, ao longo do filme, o maconheiro da PUC é estapeado, a mocinha branca da ONG é executada, o rapaz metido com política e que vendia drogas é queimado vivo, e o sobrevoio final mostra a estética modernista do Congresso Nacional, numa alusão aos progressistas então governantes.

Mas o antiprogressismo se volta contra a cidadania desde dentro: da mesma forma que o progressismo, a condição de possibilidade para o antiprogressismo é a distinção socioeconômica daqueles que o proferem. São oriundos do meio social dos cidadãos no sentido estrito: suas roupas, seu endereço, sua cor, garantem que suas declarações antiprogressistas não terão consequências práticas violentas. Ademais, conhecem o bastante da cultura progressista para entender e emular sua aura: frequentaram a escola pelo menos o mínimo suficiente para aprender a representar suas ideias a respeito da realidade com autoridade e entusiasmo. Vale para o antiprogressismo o que Theodor Adorno disse a respeito da astrologia (cf. ADORNO, 2008): ele deve sua existência à tendência do indivíduo educado a aceitar formulações sistemáticas repetidas com vigor, combinada à opacidade do funcionamento social – do Estado e do governo tanto quanto da ciência e da mídia – e à impossibilidade de dar um uso prático para a razão, a qual os próprios progressistas atestam

com seus universais capengas do presente ou perpetuamente adiados do futuro.

Assim, a origem do antiprogressismo está na repetição da arbitrariedade do progressismo: são gente que simplesmente ousa desprezar a alta cultura progressista porque ela pode ser desprezada, e porque é possível instaurar outras referências culturais na base da mera convenção. O que faz com que os progressistas passem raiva é exatamente isso: o fato de que, no fundo, a tradição progressista não era sustentada por seu valor intrínseco, e seu monopólio da cultura pode ser destruído facilmente por um monte de autodidatas com celulares mais ou menos baratos e uma certa quantidade de tempo de conexão.

Mas, embora armados de uma forma de cultura tanto quanto os progressistas, os antiprogressistas tiveram mais sucesso que eles – incluindo os radicais, que são, no máximo, um nicho, e não elegeram presidente – em representar a falsidade do pacto social moderno para as pessoas comuns. Esse é o lado dito populista da estética bolsonarista: o vocabulário escrachado, o gestual alterado, o jeito escroto de falar, as imagens simplistas, procuram sempre evocar o clima de uma reunião familiar em que todos são pessoas comuns odiando juntos os malditos da vez. Quando, em novembro de 2018, depois da oficialização de sua vitória nas urnas, Bolsonaro deu uma coletiva

em mangas de camisa, com os microfones apoiados numa prancha de bodyboard (cf. MARQUES, 2018), seu desrespeito pelo misancene usual foi perfeitamente adequado à consciência social que, em contato imediato com a precariedade social constitutiva da periferia do capitalismo, havia acompanhado o processo esculachado do *impeachment*, e colocado-o lado a lado com as citações em latim e a pose canastrona de Michel Temer. Nesse sentido, o antiprogressismo comunica-se com a indelével percepção das contradições e dos limites da civilização moderna – contradições que os progressistas desejam resolver positivamente, e limites que pretendem sempre adiar mais um pouco, enquanto o dia D não chega.

É claro, entretanto, que esse populismo de direita tem limites muito curtos. Como já ensinou Roberto Schwarz, o luxo de obedecer e desobedecer a regra moderna é reservado aos poderosos: a desfaçatez é um privilégio de classe. O mundo em que o presidente sociopático fala de jeito afrontoso e se veste com simplicidade é o mesmo mundo em que a UPP Social promete ensinar as pessoas a falarem e se vestirem de modo a não serem confundidas com bandidos e assassinadas pela polícia (cf. OLIVEIRA, 2013). O próprio *impeachment* – novamente, numa leitura de Schwarz – opera no mesmo registro descarado: o desrespeito às regras políticas de uma sociedade caqueirada “não favorece igualmente o campo po-



pular e o campo das elites” (SCHWARZ, 2015)<sup>8</sup>. E, no fim das contas, depois da performance antiprogressista, a nova direita faz uso da estrutura de governo do Estado moderno.

Assim, por um lado, é verdade que os antiprogressistas, e aqueles que os escutam, parecem ter perdido a fé nas instituições modernas. Mas essa perda de fé tem, no fundo, certa afinidade com a crítica imanente dos progressistas: enquanto estes últimos acreditam que a sociedade moderna *eventualmente* ficará à altura de si própria, os antiprogressistas acreditam que essa civilização já foi decente *um dia*. Por um lado, denunciam com palavras ou na prática a falsidade daquilo que os progressistas dizem ser o caráter propriamente moderno dessa sociedade: o universalismo e todas as suas derivações, desde o caráter laico do Estado até o globalismo, os direitos humanos, a separação entre o público e o privado, a igualdade de raça e de gênero etc. Ao mesmo tempo, evidentemente, têm uma visão de mundo centrada na pequena e média propriedade privada, pautam-se numa forma de vida e num conjunto de ideias que são as dos brancos, e aderem a uma concepção, ao mesmo tempo, individualista e policialesca de sociedade, que é inviável sem um Estado moderno forte tomando conta das fronteiras, regulando o sistema bancário, dando isen-

ção de impostos para fabricantes de armas de fogo, reprimindo protestos do movimento civil etc.: sendo antiprogressistas, não são realmente antimodernos. E, no fundo, da mesma forma que os progressistas, têm seu próprio apreço secreto pela primeira das “décadas de ouro” do pós-guerra: não pelo advento do Estado Social, mas porque, então, as pessoas andavam com o cabelo arrumado, podiam ter casa própria, e os *hippies* ainda não existiam.

### Facções

Quando uma estrutura de governo moderna combina-se ao escancaramento antiprogressista dos limites do pacto civil moderno, e da arbitrariedade de seu fundamento, o resultado é um governo que tem lado. No fim das contas, ainda quando não o reconhecem, os antiprogressistas procuram dar um determinado sentido à administração estatal moderna. Por um lado, essa administração estatal está determinada pela exacerbação da performance privatista e monetarista do período anterior. Por outro lado, existem princípios especificamente antiprogressistas por trás dessa operação. A velha percepção de classe média, de que os critérios de utilidade econômica, estreitíssimos, ameaçam expulsar parte dos cidadãos

<sup>8</sup>Como todos sabem, mesmo se, eventualmente, vingasse algum dos inúmeros pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro, o que estaria em jogo seriam acordos escusos entre *players* de alta patente.

dos círculos da cidadania, combina-se com um desgosto ou uma indiferença diante dos serviços estatais que, tradicionalmente, os cidadãos obrigaram a sociedade como um todo a prestar a eles mesmos. A implicância insistente com a tradicional hegemonia progressista nos ambientes da educação superior, das artes e das ciências reflete a consciência de que parte dos progressistas já teria decaído para o plano dos despossuídos matáveis não fosse o gasto de recursos públicos. Sem participarem desse universo e sentindo-se difusamente oprimidos por uma lógica social opaca, revoltam-se contra a carga tributária, a corrupção, a Lei Rouanet etc. Do outro lado, os progressistas sem financiamento, preocupantemente desprovidos de perspectivas, falam da inviabilidade de sua forma de vida e de seus valores como se fosse o colapso da civilização ocidental, enquanto que as pessoas comuns, que historicamente foram arrastadas para dentro dessa civilização a contragosto, só ocasionalmente podem perceber se existem ou inexistem políticas públicas de cultura.

O projeto de inanição dos profissionais da cultura, bolsistas de pós-graduação, professores etc., e a tentativa de promover legislação para controle dos costumes, não esgota a luta contra os inimigos onipresentes. O governo esquerdista anterior, embora precariamente, realmente permitiu a instauração de uma Comissão da Verdade, desenvolveu estratégias de administra-

ção humanística da barbárie, contava com ex-guerrilheiros entre seus quadros. Ou seja: também tinha lado. A beligerância discursiva que resulta dessa leitura de mundo flerta com o quadro pré-moderno de luta facciosa em que todas as forças políticas se digladiavam em pé de igualdade: de acordo com o vocabulário e o alarmismo empregados, os esquerdistas, gayzistas etc., são partes atuantes numa guerra civil de fato. Contudo, evidentemente, por causa da indestrutibilidade do Estado moderno, o momento primitivo de guerra de todos contra todos é irrecuperável.

Assim mesmo, a manutenção do discurso paranoico tem convivido com um cuidadoso entrincheiramento político: a repetição de posicionamentos infames a respeito do que quer que seja, de modo a mobilizar uma reação da opinião pública progressista, que, por sua vez, retroalimenta a zanga dos vinte e poucos por cento do eleitorado que se identificam com o bolsosarismo em qualquer dos mundos possíveis. Ao lado dessa estratégia ideológica, desenvolve-se uma outra, com consequências práticas significativas: a reconfiguração e a politização das forças policiais. Aí, o escancaramento da guerra civil e a desfaçatez da tomada de lado adquirem configurações bastante concretas. É nesse sentido que deve ser entendida a criação de uma polícia legislativa com atribuições duvidosas, funcionando num limbo institucional,

mas desempenhando funções investigativas (cf. VARGAS, 2021), e também o inchaço da Força Nacional e seu emprego em operações dos mais diversos tipos, inclusive em substituição das corporações institucionalmente configuradas para atuação no sistema carcerário, ou na segurança ambiental. Ao mesmo tempo, assistimos o desenvolvimento de laços especiais entre as polícias militares e o governo federal. Propaga-se um discurso favorecendo a atuação inimputável dos agentes, e forçando uma tensão política com o legislativo, como quando do projeto de lei do excludente de ilicitude (cf. FRAZÃO, 2021). Tenta-se criar, mediante mobilização de recursos da Caixa Econômica Federal, vínculos econômicos entre a união e as forças policiais estaduais, promovendo uma linha de crédito especial (cf. WIZIACK, et. al. 2021). Finalmente, são abundantes os indícios de uma relação entre o bolsonarismo e as organizações paraestatais milicianas, sabidamente operadas por ex-integrantes das polícias militares, bombeiros etc. Quer dizer: quando a nova direita escancara o quadro de crise do pacto civil, o aparato estatal moderno começa a atuar como uma facção, projetando sua capacidade de exercer poder para fora do quadro institucional em torno do qual o pacto civil se organiza.

Isso é diferente do que normalmente se chama de aparelhamento: a indicação de superintendentes, fiscais, ministros do Supremo para garantir, den-

tro do funcionamento institucional normal, a defesa dos seus etc. De fato, a contexto brasileiro admite variações bastante coloridas dessa ideia. Alguns anos atrás, um quadro petista fez uma interessante análise dos famosos “erros do PT”. Em outras palavras, disse que, na prática, a corrupção é endêmica e a acochambração das contas públicas incontornável; por isso, o lulopetismo havia investido num Ministério Público e numa Polícia Federal independentes, para que, no momento inevitável em que se produzisse – por interesses políticos – um escândalo qualquer, o centrão ficasse com medo de ser tragado pela tempestade de merda e, então, acabasse optando por manter o pacto petista funcionando. Eis uma saída mais sofisticada que o aparelhamento, e um raciocínio político de interesse para nosso presente questionamento: por um lado, moderniza-se as expressões investigativa e punitiva do aparato estatal de modo a tornar arriscado demais produzir uma quebra do pacto civil; por outro, realiza-se essa modernização apenas de modo a manter a precariedade administrativa funcionando de maneira indetectável: permite-se à sociedade que trate como inexistente a falência das instituições em torno das quais o pacto civil existe, no interesse da evitação de uma transição de poder. Na perspectiva do progressismo disposto a governar, é preciso que tenha lugar alguma forma de simulação de normalidade.

Em contraste, a nova direita flerta com a possibilidade de abrir mão dessa simulação – sem, ao mesmo tempo, trazer à luz a real natureza do anormal. O pacto civil é representado como repouso em uma mentira por causa do esquerdismo, do gayzismo, ou de algo que o valha; por isso, já existiria uma guerra civil em curso, e a preparação de terreno para uma quartelada policial generalizada representaria apenas um capítulo qualquer de uma normalidade já belicosa. Ao mesmo tempo, o presidente é incorruptível, e o movimento das engrenagens do maquinário administrativo é algo de que ele confessa não entender nada – não lhe diz respeito, para isso existe uma equipe tecnicamente competente etc. O acordo tácito em torno da noção de uma operação estatal perfeita é mantido incólume, e a ideia de precariedade cívica é deslocada para o plano ideológico. Junto ao colo de um Estado moderno minimizado e penal, um pacto civil imaginário se estabelece entre pessoas de bem, contra os progressistas que cumpre deslocar – e, também, contra os economicamente inúteis, o que, contudo, não é novidade.

### Os comedores de salsichas

O antiprogressismo apela ao ceticismo das pessoas comuns diante da ciência, da mídia, do pacto civil e da administração estatal modernos; com isso, iro-

nicamente, remete a um interesse na verdade. Entre nós, a derrocada do lulopetismo, no momento em que o projeto progressista alcançava seu ápice e seu limite, e a eleição de Bolsonaro e de figuras como ele, remete a uma vontade de ver o circo pegar fogo – não mais de escutar alguém dizendo que as coisas vão melhorar, de que é só uma questão de jogar o jogo direito, mas de que é preciso virar a mesa com as cartas e tudo. Esse ceticismo foi mobilizado pela direita porque, apesar da popularidade da ideia de revolução nos reduzidos círculos progressistas radicais, sua inteligência dialética apela continuamente aos termos da modernidade, de modo que só os especialistas entendem sua diferença diante de um progressismo *latu sensu* combinado a um banditismo comum.

Ao mesmo tempo, a resposta ao interesse das pessoas comuns na alquebrada verdade da modernidade é uma espécie estranha de populismo epistemológico, um fenômeno estritamente cultural. Existem coisas muito mais importantes na vida do que representações adequadas e, enquanto o jogo de administração da barbárie está funcionando de maneira minimamente satisfatória, pouco importa se o fundamento do pacto social é verdadeiro ou falso – ou mesmo o preço que se paga em termos de vidas economicamente supérfluas. Afinal, em todos os regimes possíveis, o caráter exterminista da administração pública fica evidente,

a existência palpável de um pacto civil limitado sempre está presente para todo o mundo o tempo inteiro, de modo que a vontade de ver a afirmação explícita dessa violência onipresente tem, no fundo, o caráter de uma excrecência masoquista.

Essa ideia de um comportamento eleitoral perverso permite-nos entrar num plano afetivo de discussão que não costuma ter lugar nos esquemas racionais dos progressistas, mas no qual residem diferenças irreduzíveis entre as últimas experiências políticas brasileiras. A superioridade condescendente de FHC; o entusiasmo deslumbrado do Lula; a falta de jeito da Dilma, possível enquanto dura a bonança; a cortesia cadavericamente enrijecida de Temer; a arrogância propositalmente grosseira de Bolsonaro são posicionamentos determinados diante da questão da norma civilizada que encarnam, no plano dos caracteres, pensamentos a respeito da modernização. No lulopetismo, a propaganda centrada na possibilidade de uma fruição despreocupada combinava-se às discussões sobre renda mínima, as políticas de desoneração e estímulo ao consumo, a ideia de uma prazerosa abundância e a imagem de um presidente muito contente consigo mesmo. A especificidade do afeto que essa propaganda evoca nas pessoas não é desprezível. Aconteciam coisas que nunca haviam acontecido nesse país, não se tratava de técnica, mas de milagre. Desde um ponto

de vista psicológico, não surpreende que a amarga decepção com essa magia da satisfação material tenha exigido, em seguida, a entrega ao deleite com um comportamento via de regra desleixado, frequentemente odioso e muitas vezes brutal. Em comparação, a figura de Fernando Haddad, evocando a ideia progressista da manutenção de uma administração competente, não proporcionava nenhuma satisfação imediata, e talvez fosse indistinguível da tecnofilia Tucana cuja consequência é, afinal, o abraço presunçoso do universal realmente existente.

Talvez sejam justamente as finalidades especificamente modernas do governo que, desde a Era FHC, as pessoas comuns parecem consistentemente recusar. Mais profunda do que a vontade de ver a nova direita falando a verdade a respeito do pacto civil detonado, talvez seja o pragmatismo diante de um pacto moderno desvantajoso, o simples descrédito da administração social racional, a má vontade frente ao Estado moderno. Nesse sentido, a questão da satisfação psíquica com imagens não é pueril: ela é tão mais importante quanto menos lhe dão atenção as análises políticas sérias, orientadas pelos valores racionais progressistas, questões de conjuntura, frações de classe etc.

Aquela má vontade tem várias expressões, e talvez a mais eloquente seja a maneira como a vida privada entra no discurso político – especialmente na tematização da família e do mérito pes-

soal, algo com que o antiprogressismo sabe dialogar. Esses temas foram privilegiados por uma interessante pesquisa promovida pelo PT em 2017, em resposta à qual os habitantes das periferias paulistanas puderam deixar claro seu desinteresse nas ações no âmbito público, experimentadas sempre como precárias e insuficientes, e sua percepção do Estado como uma espécie de inimigo das pessoas comuns, em razão da imposição contínua de obrigações, impostos, restrições, más notícias etc. (cf. PESQUISAS FPA, 2017). A função do governo, nessa visão, deveria ser proporcionar a existência de uma realidade econômica suficientemente dinâmica para que as pessoas pudessem cuidar de sua própria vida.

Desde uma perspectiva progressista radical, trata-se de uma posição equivocada e retrógrada. Especialmente desde o *Dezoito Brumário*, as pessoas comuns que pensam na vida privada são vistas com desdém: impedidas, por debilidade intelectual e imaginativa, de antecipar as maravilhas de um Estado socialista, ficam condenadas a desprezar as mediações históricas, e deixar-se levar por qualquer oferta imediata de linguagens. De fato, já a grande Revolução Francesa, mãe de todas as promessas progressistas, teria tido seus rumos propriamente modernos embarreirados pela preocupação campesina com a reforma agrária e a propriedade privada, em detrimento da fixação de garantias sociais a serem entregues pelo Estado:

o direito ao trabalho, à educação, à assistência etc.

Essas alusões setecentistas e oitocentistas, pelas quais o imaginário progressista está colonizado, caracterizam-se pela ausência de qualquer tensão interna *contra* o processo moderno. Por isso, são surdas aos aspectos mais radicais daquelas impressões populares inamovíveis que, século após século, invariavelmente frustram as expectativas dialéticas. Se voltamos nossos olhos para o século XVI, onde toda essa desgraça começou, temos a chance de refrescar nossa memória a respeito dos motivos pelos quais as pessoas comuns teimam em recusar as generosas propostas da modernidade. Ali, na época em que o cercamento dos campos espalhava a miséria, e o genocídio dos vagabundos começava a criar problemas demográficos, a Coroa inglesa aprovou as infames Leis dos Pobres, as quais previam, em suma, o armazenamento de pessoas em oficinas de trabalhos forçados e a distribuição de alimentos. Não era incomum, entretanto, que os comboios que carregavam os grãos a serem distribuídos pelos comissionários da Coroa fossem atacados e apropriados pelas pessoas comuns, que então encarregavam-se de realizar a distribuição com suas próprias mãos. Desde um ponto de vista administrativo, esses ataques eram, evidentemente, desnecessários e contraproducentes. Por outro lado, o ser humano vinha desenvolvendo, há um milhão de anos, o hábito

de prover pelo seu próprio alimento através da lida direta com a terra, e a ideia de conferir ao Estado um lugar de mediação para a subsistência não parecia, compreensivelmente, muito animadora.

Da mesma forma, é interessante observar o caráter de satisfação imediato envolvido nas negociações políticas e nos numerosos episódios de rebeldia, que foram incessantes até o advento dos exércitos nacionais. Na supracitada Carta das Florestas, o que o populacho participante da Guerra dos Barões garantiu para si mesmo não foi que alguém lhe desse comida, ou lhe vigiasse as ovelhas, ou lhe desse trabalho, mas que ninguém o impediria de acessar os recursos necessários para que, com suas próprias mãos, fosse produzido todo o necessário para sua subsistência. Ademais, no lugar do que os modernos chamariam de luta política, o que se estabelecia era um regime de vida diferenciado. As rebeliões populares mais famosas, que mobilizavam os imaginários das pessoas comuns por gerações a fio, não eram apenas aquelas em que se alcançavam importantes vitórias na manutenção ou restauração do acesso direto à terra, mas eram também aquelas em que os rebeldes divertiam-se às pampas assaltando as despensas da aristocracia, bebendo seu vinho e comendo seu presunto, de pernas para o

ar o verão inteiro, ao invés de labutar. O ponto de chegada dessa política primitiva, pré-moderna, era a satisfação direta e imediata de necessidades. Para desgosto dos progressistas, essa exigência, ao mesmo tempo, pueril e perfeitamente razoável ainda se encontra na mentalidade das pessoas comuns que, diante dos ouvidos moucos dos dialéticos, vão encontrar quem lhes escute no pentecostalismo e no populismo antiprogressista de direita.

De fato, nos meios propriamente progressistas, o “populismo” só evoca repugnância. Isso é curioso. Em conjugação com esses sentimentos, o que o termo denota é a ideia de que fazer exatamente aquilo que as pessoas comuns gostariam que fosse feito é estruturalmente contrário à administração pública responsável – algo que diz mais a respeito da natureza da “governança” moderna do que sobre o caráter dos populistas. Mas, se é possível ganhar uma eleição com promessas tecnicamente inadequadas, isso também significa que, no fim das contas, por meio de suas relações com o aparato moderno, as pessoas comuns – originalmente, modernizadas a contragosto, como mostra a história da colonização e da acumulação primitiva – buscam finalidades não-modernas. Depois de todo esse tempo, merecem, no mínimo, uma menção honrosa pela tenacidade.

## Referências

- ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ADORNO, T. W. *As estrelas descem à terra*. São Paulo: UNESP, 2008.
- AGOSTINE, C., FREITAS, C. “Bolsonaro diz que sofre pressão para tentar reeleição em 2022”. In: *Valor Econômico*, 08/04/2019. Disponível em [https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/bolsonaro-diz-que-sofre-pressao-para-tentar-reeleicao-em-2022.ghtml]: acessado em [25/06/2021].
- ANDERSON, E. “Group working to educate drivers on what to do during a traffic stop”. In: *10 WBNS*, 17/08/2016. Disponível em [https://www.10tv.com/article/news/local/group-working-educate-drivers-what-do-during-traffic-stop/530-1fc21714-d774-4261-9e27-d2912276589c]: acessado em [10/05/2021].
- ANTUNES, A. et al. “Comida”. In: *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. WEA, 1987.
- ARANTES, P. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARANTES, P. *Diccionario de bolso do Almanaque Philosophico Zero à Esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARANTES, P. “A fratura brasileira do mundo”. In: ARANTES, P. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- ARANTES, P. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARISTOTLE. *The Politics*. Londres: Penguin Books, 1992.
- ATHAYDE, F. de. “Cavalo solto”. In: *Jornal do Brasil*. Primeiro Caderno, 20/11/1989.
- BACON, F. “The new Atlantis”. In: HUTCHINS, R. M. (Ed.) *Great books of the Western World*. Vol. 30. Chicago: University of Chicago Press, 1952.
- BACON, F. *The new organon*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BARONILarissa Leiros. “Denúncia contra Lula é justa, mas tem interesse eleitoral, avalia Safatle”. In: *UOL Notícias*, 14/04/2016. Disponível em [https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/09/14/indiciamento-de-lula-e-uma-justica-eleitoralmente-interessada-diz-safatle.htm]: acessado em [10/05/2021].
- BASTOS, I. ANTUNES, L. “Depois do Choque de Paz, o choque de ordem”. In: *O Globo Online*, 13/11/2011. Disponível em [https://oglobo.globo.com/rio/depois-do-choque-de-paz-choque-de-ordem-3234107]: acessado em [10/05/2021].
- BITTENCOURT, J. “Bolsonaro já defendeu a tortura e o fuzilamento de FHC. Veja o vídeo”. In: *Forum*, 10/10/2017. Disponível em [https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-ja-defendeu-tortura-e-o-fuzilamento-de-fhc-veja-o-video/]: acessado em [25/06/2021].
- BLOOMENTHAL, A. “Can a family survive on the U.S. minimum wage?” In: *Investopedia*, 03/03/2021. Disponível em [https://www.investopedia.com/articles/personal-finance/022615/can-family-survive-us-minimum-wage.asp]: acessado em [25/05/2021].
- BRITO, F. “Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas”. In: BRITO, F. OLIVEIRA, P. R. de (Orgs.). *Até o último homem. Visões cariocas sobre a administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BROWN, H. “Unemployment benefits aren’t causing a labor shortage. Low wages are.” In: *MSNBC*, 24/05/2021. Disponível em [https://www.msnbc.com/opinion/unemployment-benefits-aren-t-causing-labor-shortage-low-wages-are-n1268292]: acessado em [25/05/2021].
- BUARQUE, C. “Jorge Maravilha”. In: *O Banquete dos Mendigos*. RCA, 1974.
- BUARQUE, C. MILANÉS, P. “Canción por la unidad latino americana”. In: *Clube da Esquina 2*. Odeon, 1978.
- BUENO, S., LIMA, R. S. de. (Coords.). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. São Paulo: Forum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020. Disponível em [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf]: acessado em [10/05/2021].
- CANDIDO, A. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *Argumento. Revista mensal de cultura*. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- CATRACA LIVRE. “‘Precisamos falar sobre Crivella’, escreve Jean Wyllys”. In: *Catraca Livre*, 16/10/2016. Disponível em [https://catracalivre.com.br/cidadania/precisamos-falar-sobre-crivella-escreve-jean-wyllys/]: acessado em [10/08/2018].
- CLASTRES, P. *Arqueologia da violência. Pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- CORRÊA, D. “PM quer retomar programa de Unidades de Polícia Pacificadora no Rio”. In: *Agência Brasil*, 20/07/2019. Disponível em [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-07/pm-quer-retomar-programa-de-unidades-de-policia-pacificadora-no-rio]: acessado em [10/05/2021].
- DADONAITE, B., RITCHIE, H. ROSER, M. “Diarrheal diseases”. In: *Our World in Data*. University of Oxford, 11/ 2019. Disponível em [https://ourworldindata.org/diarrheal-diseases]: acessado em [25/06/2021].
- DANOWSKI, D., VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie, 2014.



- DEMOCRACY NOW. “Lawyer: Jeff Sessions’ Attacks on Migrant Domestic Violence Survivors Drags U.S. Back to ‘Dark Ages’”. In: *Democracy Now*, 15/06/2018. Disponível em [https://www.democracynow.org/2018/6/15/lawyer\_jeff\_sessions\_attacks\_on\_migrant]: acessado em [10/08/2018].
- ENSP/FIOCRUZ. “Estudo inédito analisa as causas de óbito no sistema penitenciário do Rio de Janeiro.” In: *Portal Fiocruz*, 25/03/2020. Disponível em [https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-inedito-analisa-causas-de-obito-no-sistema-penitenciario-do-rj]: acessado em [10/05/2021].
- FAO. IFAD. UNICEF. WFP. WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*. Roma: FAO, 2020. Disponível em [https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2020/07/SOFI2020\_EN\_web.pdf]: acessado em [25/06/2021].
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FBSP – FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Aplicativo estatístico*, 2021. Disponível em [http://estatisticas.forumseguranca.org.br/]: acessado em [10/05/2021].
- FOLHA DE S. PAULO. “‘Black Blocs’ agem com inspiração fascista, diz filósofa a PMs do Rio”. In: *Folha de S. Paulo*, 27/08/2013. Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/126068-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml]: acessado em [10/05/2021].
- FORUM. “Marilena Chauí sobre Trump e Bolsonaro: ‘Modelo mafioso de gestão’”. In: *Forum*, 13/08/2019. Disponível em [https://revistaforum.com.br/politica/marilena-chaui-sobre-trump-e-bolsonaro-modelo-mafioso-de-gestao/]: acessado em [10/05/2021].
- FRAZÃO, F. “Bolsonaro diz que é difícil excludente de ilicitude passar no Congresso”. In: *Estadão*, 01/03/2021. Disponível em [https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-e-dificil-excludente-de-ilicitude-passar-no-congresso,70003632717]: acessado em [10/05/2021].
- FREIXO, M. “Não haverá vencedores”. In: *Folha de S. Paulo. Opinião*, 28/11/2010. Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2811201007.htm]: acessado em [10/05/2021].
- FREIXO, M. “UPP e cultura de direitos”. In: [https://www.marcelofreixo.com.br/\\_blog\\_blog](https://www.marcelofreixo.com.br/_blog_blog), 2013. Disponível em [https://www.marcelofreixo.com.br/blog/upp-e-cultura-de-direitos], acessado em [10/05/2021].
- FREIRE, V. T. “FHC Exclusivo”. In: *Folha de S. Paulo. Caderno Mais!*, 13/10/1996. Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/13/mais!/5.html]: acessado em [10/05/2021].
- FRIAS FILHO, O. “Só para professores”. In: *Folha de S. Paulo*, 22/02/1996.
- G1 RIO. “Vídeo mostra PMs sendo agredidos por criminosos na Rocinha, Rio”. In: *G1*, 11/03/2014. Disponível em [https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/video-mostra-pms-sendo-agredidos-por-criminosos-na-rocinha-rio.html]: acessado em [10/05/2021].
- G1 BA. “Mestre de capoeira é morto a golpes de faca após discussão política na BA”. In: *G1*, 08/10/2018. Disponível em [https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/08/idoso-morre-a-golpes-de-facas-apos-discussao-politica-na-ba-suspeito-se-escondeu-em-banheiro-e-foi-presos.shtml]: acessado em [10/07/2021].
- GLOBAL WITNESS. *Global Witness 2016*. Defenders of the Earth. Londres, 2017.
- GRAHAM, S. *Cidades sitiadas*. O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GRANJA, P. CHALITA, G. “Policiais da UPP atiram para matar na favela do Jacarezinho”. In: *Passa Palavra*, 05/04/2013. Disponível em [https://passapalavra.info/2013/04/75460/]: acessado em [10/05/2021].
- GRIMALDO, S. CARVALHO, O. “O que mudou no mundo duas décadas depois? Uma conversa com Olavo de Carvalho no vigésimo aniversário de O Jardim das Aflições”. In: CARVALHO, O. *O Jardim das Aflições*. Campinas: Vide Editorial, 2015.
- HAKLUYT, R. *A discourse concerning western planting written in the year 1584*. Cambridge: John Wilson and Son, 1877.
- HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HERRENDORF, S., HEISKANEN, M., MALBY, S. *International statistics on crime and justice*. Helsinki: European Institute for Crime Prevention and Control, 2010.
- HOLT-GIMÉNEZ, E. et al. “We already grow enough food for 10 billion people”. *Journal of sustainable agriculture*. Londres: Taylor Francis, 07/2012.
- JAPIASSU, C. “O novo velho continente e suas contradições: os boias frias da Europa”. In: *Carta Maior*, 10/05/2021. Disponível em [https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-novo-velho-continente-e-suas-contradicoes-Os-boias-frias-da-Europa/4/50550]: acessado em [20/05/2021]
- JENKINS, S. “Britain’s drug laws are in the dark ages. Billy Caldwell’s case proves it.” In: *The Guardian*, 18/06/2018. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jun/18/drug-laws-epilepsy-cannabis-oil-billy-caldwell-sajid-javid>: acessado em [10/08/2018].
- KANT, I. “Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?”. In: KANT, I. *Textos seletos*. Tradução de F. S. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2012.
- KAPUR, A. et al. “Plutonomy: buying luxury, explaining global imbalances”. In: *Citigroup. Equity strategy. Industry note*, 16/10/2005. Disponível em [http://www.lust-for-life.org/Lust-For-Life/CitigroupImbalances\_October2009/

- CitigroupImbalances\_October2009.pdf]: acessado em [10/05/2021].
- KAPUR, A. et al. "Revisiting Plutonomy: The Rich Getting Richer". In: *Citigroup. Equity Strategy. Industry Note*, 05/03/2006. Disponível em [https://delong.typepad.com/plutonomy-2.pdf]: acessado em [10/05/2021].
- KAUTSKY, K. *Thomas More and his Utopia*. Tradução de: H. J. Stenning. Londres: Lawrence and Wishart, 1979.
- LEMOS, M. "Jovem diz ter sido agredido com barra de ferro em campanha pró-PT". In: *UOL*, 20/10/2018. Disponível em [https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/20/estudante-e-agredido-com-barra-de-ferro-em-panfletagem-a-favor-do-pt-no-rio.htm]: acessado em [10/07/2021].
- LEMOS, R. "Moradores do Alemão querem polícia, mas não o Exército, diz deputado". In: *Revista Veja*, 07/09/2011. Disponível em [https://veja.abril.com.br/politica/moradores-do-alemao-querem-policia-mas-nao-o-exercito-diz-deputado/]: acessado em [10/05/2021].
- LINDNER, J., VARGAS, M. "Morte de idosos por covid-19 melhora contas da Previdência, teria dito chefe da Susep". In: *Estadão*. 28/05/2020. Disponível em [https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morte-de-idosos-por-covid-19-melhora-contas-da-previdencia-teria-dito-chefe-da-susep,70003317874]: acessado em [10/05/2021].
- LINEBAUGH, P. REDIKER, M. *The many-headed hydra. Sailors, slaves, commoners and the hidden history of the revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.
- LINEBAUGH, P. *The Magna Carta manifesto*. Berkeley: University of California Press, 2008.
- MAGALHÃES, L. E., ARAÚJO, V. "PM do Rio tem muitos oficiais e poucos soldados para patrulhar as ruas: veja números." In: *O Globo Online*, 07/10/2019. Disponível em [https://oglobo.globo.com/rio/pm-do-rio-tem-muitos-oficiais-poucos-soldados-para-patrulhar-as-ruas-veja-numeros-24000850]: acessado em [10/07/2021]. O contingente estabelecido pela Lei Estadual No 6681 de 15 de janeiro de 2014 elevaria esse número para um PM para cada 268 habitantes.
- MALDONADO, R. "'Vim mais à FIESP do que fui à CUT', diz Lula a empresários em SP". In: *UOL Notícias*, 09/08/2010. Disponível em [https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/08/09/vim-mais-a-fiesp-do-que-fui-a-cut-diz-lula-a-empresarios-em-sp.htm]: acessado em [10/05/2021].
- MARICATO, E. (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MARQUES, G. "Coletiva de Bolsonaro foi improvisada em cima de prancha de bodyboard". In: *UOL Televisão*, 01/11/2018. Disponível em [https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/01/coletiva-de-bolsonaro-foi-improvisada-em-cima-de-prancha-de-bodyboard.htm]: acessado em [25/06/2021].
- MARTELLO, A., GOMES, P. H. "Guedes diz que Estado 'quebrou' e que vai ser 'impossível' atender demanda crescente de saúde." In: *G1*, 27/04/2021. Disponível em [https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-estado-quebrou-e-que-vai-ser-impossivel-atender-demanda-crescente-na-saude.ghtml]: acessado em [10/05/2021].
- MARTINS, F. "Os mitos que desmoronam com os resultados das urnas". In: *Jornal do Brasil*. Primeiro Caderno, 20/11/1989.
- MARX, K. "The British rule in India". In: *New-York Herald Tribune*, 25/06/1853. Disponível em [https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm]: acessado em [10/03/2019].
- MAYER, A. *The Persistence of the Old Regime*. Londres: Verso, 2010.
- MITIKANI, L. "U.S. hiring takes big step back as businesses scramble for workers, raw materials." In: *Reuters*, 07/05/2021. Disponível em [https://www.reuters.com/world/us/us-job-growth-far-below-expectations-april-amid-labor-shortages-2021-05-07/]: acessado em [25/05/2021].
- MORE, T. *Utopia*. G. M. Logan, R. M. Adams, eds. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- NSC. "Moradores rejeitam reforço do Exército e pedem UPP no Morro do Alemão". In: *NSC Total*, 07/09/2011. Disponível em [https://www.nsctotal.com.br/noticias/moradores-rejeitam-reforco-do-exercito-e-pedem-upp-no-morro-do-alemao]: acessado em [10/05/2021].
- O DIA "UPP: comunidade do Jacarezinho deve se acostumar com abordagens". *O Dia*, 05/04/2013. Disponível em [http://odia.ig.com.br/porta/rio/upp-comunidade-do-jacarezinho-deve-se-acostumar-com-abordagens-1.568767]: acessado em [05/04/2013].
- OLIVEIRA, F. de. "Crítica da razão dualista". In: *Estudos Cebrap*, n. 2., São Paulo, 1972.
- OLIVEIRA, P. R. de. "Golpes de Vista". In: BRITO, F. OLIVEIRA, P. R. de (Orgs). *Até o último homem. Visões cariocas sobre a administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, P. R. de. "Paradigmas de política penal e sentido econômico da população: das punições corporais às UPPs". *Revista em pauta*, n. 37, vol. 14, 2016. Disponível em [https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/25402]: acessado em [12/05/2021].
- OLIVEIRA, P. R. de. *Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna*. Rio de Janeiro, São Paulo: PUC-Rio, Loyola, 2018.
- ONU. "Water, sanitation, hygiene". "Water facts". In: *UnWater*, Genebra, s.d. Disponível em [https://www.unwater.org/water-facts/water-sanitation-and-hygiene/]: acessado em [25/06/2021].

- OXFORD University Press. “Bomb them back into the Stone Age”. In: *Oxford Reference*, s.d.. Disponível em [https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780199916108.001.0001/acref-9780199916108-e-1017]: acessado em [10/05/2021].
- PENNAFORT, R. “‘A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo’, afirma Wilson Witzel”. In: *UOL Notícias*, 01/11/2018. Disponível em [https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm]: acessado em [10/05/2021].
- PESQUISAS FPA. *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf]: acessado em [25/06/2021].
- QUERINO, R. “Transexual morre após ser esfaqueada por apoiador de Bolsonaro em Aracaju”. In: *Observatório G*, 10/2018. Disponível em [https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/transexual-morre-apos-ser-esfaqueada-por-apoiador-de-bolsonaro-em-aracaju]: acessado em [10/07/2021].
- QUINLIVAN, J. T. “Burden of victory: the painful arithmetic of stability operations”. In: *RAND Review*, vol. 27, n. 2., 2003. Disponível em [https://www.rand.org/pubs/corporate\_pubs/CP22-2003-08.html]: acessado em [10/05/2021].
- REAVES, B. A. *Local police departments*, 2013: personnel, policies and practices. Washington D.C.: Bureau of Justice Statistics, 2015.
- REGIMENTO, *leys sobre as missoens do Estado do Maranhão, Pará, sobre a liberdade dos Índios*. Lisboa, 1724.
- REILLY, R. J. “Eric Holder: Drone Strike To Kill U.S. Citizen On American Soil Legal, Hypothetically”. In: *The Huffington Post*, 05/03/2013. Disponível em [https://www.huffpost.com/entry/us-drone-strike\_n\_2813857]: acessado em [10/05/2021].
- REUTERS. “Pakistani leader claims U.S. threat after 9/11”. In: *The New York Times*, 22/09/2006. Disponível em [https://www.nytimes.com/2006/09/22/world/asia/22pakistan.html]: acessado em [10/05/2021].
- ROLIM, L. *Segurança Pública em Números 2020*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2021. Disponível em [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\_imagens/Uploads/SegurancaemNumeros2020.pdf]: acessado em [10/10/2021].
- RUSCHE, G., KIRCHHEIMER, O. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SAFATLE, V. “A bancada do medo”. In: *Folha de S.Paulo*, 07/04/2015. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/04/1613115-a-bancada-do-medo.shtml]: acessado em [10/08/2018].
- SCHWARZ, R. “Cultura e política, 1964-69”. In: SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SCHWARZ, R. “A nota específica”. In: SCHWARZ, R. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, R. Fala no Ato Público “Professores Contra o Impeachment e Pela Democracia”. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 16/12/2015. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=HlHQ-xFdYvw]: acessado em [25/06/2021].
- SKINNER, Q. *The foundations of modern political thought. Volume One. The Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SMITH, T. “A letter by T. B. Gentleman unto his very friend Master R. C. Esquire, wherein is contained a large discourse of the peopling and inhabiting the Country called the Ardes, and other adjacent in the North of Ireland, and taken in hand by Sir Thomas Smith, one of the Queen’s Majesty’s counsel, and Thomas Smith Esquire his son.” (1572) In: HILL, G. *An historical account of the MacDonnells of Antrim*. Belfast: Archer Sons, 1873.
- SMITH, T. *De Republica Anglorum*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- THORNHILL, J. “Conspiracy theorists destroys a rational society: resist them.” In: *Financial Times*, 14/01/2021. Disponível em [https://www.ft.com/content/4efc4eba-8a20-4b06-afb3-d0faf70c6abb]: acessado em [25/06/2021].
- TOLEDO, M. “Nove morrem em ação do BOPE”. In: *Folha de S.Paulo*, 16/04/2008. Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/04/392620-nove-morrem-em-acao-do-bope-coronel-diz-que-pm-do-rio-e-o-melhor-inseticida-social.shtml]: acessado em [10/05/2021].
- TRUFFI, R. LIMA, V. “Negacionismo passou a ser brincadeira ‘de mau gosto e medieval’, diz Pacheco”. In: *Valor Econômico*, 22/03/2021. Disponível em [https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/03/22/negacionismo-passou-a-ser-brincadeira-de-mau-gosto-e-medieval-diz-pacheco.ghtml]: acessado em [10/04/2021].
- VALADARES, J. “Servidora pública é espancada em PE após criticar Bolsonaro”. *Folha de S.Paulo*, 11/10/2018. Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/servidora-publica-e-espancada-em-pe-apos-criticar-bolsonaro.shtml]: acessado em [10/07/2021].
- VALOR SÃO PAULO. “Nós temos é que desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro durante jantar”. In: *Valor Econômico*, 18/03/2019. Disponível em [https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml]: acessado em [25/06/2021].

- VARGAS, M. “Bolsonaristas da CPI reclamam de artigo, e Polícia do Senado abre investigação contra colunista da Folha”. In: *Folha de S.Paulo*, 25/05/2021. Disponível em [<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/bolsonaristas-da-cpi-reclamam-de-artigo-e-policia-do-senado-abre-investigacao-contr-colunista-da-folha.shtml>]: acessado em [25/06/2021].
- VELOSO, C. “Vaca Profana”. In: COSTA, G. *Profana*. RCA, 1984.
- VERÍSSIMO. L. F. “Líricos”. In: *Jornal do Brasil*. Opinião, 07/03/1996.
- WACQUANT, L. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan. 2013.
- WIZIACK, J. et. al. “Em novo aceno para a base, Bolsonaro prepara crédito imobiliário subsidiado para policiais”. In: *Folha de S.Paulo*, 10/06/2021. Disponível em [<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/em-novo-aceno-para-base-bolsonaro-prepara-credito-imobiliario-subsidiado-para-policiais.shtml>]: acessado em [25/06/2021].
- WOOD, N. *Foundations of political economy: some early Tudor views on state and society*. Londres: University of California Press, 1994.
- WORLD BANK. *Globalization, growth and poverty. Building an inclusive world economy*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

**Recibido:** 04/09/2021

**Aprobado:** 13/12/2021

**Publicado:** 31/12/2021